



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, dezembro/2010

MINISTRO DA FAZENDA

Guido Mantega

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Nelson Machado

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL

Arno Hugo Augustin Filho

SECRETÁRIO-ADJUNTO

André Luiz Barreto de Paiva Filho

CHEFE DE GABINETE

Lindemberg de Lima Bezerra

SUBSECRETÁRIOS

Cleber Ubiratan de Oliveira

Eduardo Coutinho Guerra

Líscio Fábio de Brasil Camargo

Marcus Pereira Aucélio

Paulo Fontoura Valle

COORDENADORA-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

COORDENADOR DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Felipe Palmeira Bardella

EQUIPE

Andresa Costa Biason

Bruno Fabrício Ferreira da Rocha

Felipe Augusto Trevisan Ortiz

Heliane Bertulucci Fernandes

Heloisa Teixeira Saito

Janet Maria Pereira

Jeanne Vidal de Araujo

Renato Nogueira Starling

O RESULTADO DO TESOURO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 3412-3970/3971

Informações:

Tel.: (61) 3412-2203

Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda
Esplanada dos Ministérios, bloco P, anexo, 1º andar, ala B, sala 134
70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – v. 16, n. 11 (nov. 2010). – Brasília : STN, 1995_.

Mensal.

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças públicas – Periódicos. 2.Receita pública – Periódicos. 3.Despesa pública – Periódicos.
1. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional.

CDD 336.005

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

O resultado primário do Governo Central em novembro foi superavitário em R\$ 1,1 bilhão, contra R\$ 7,8 bilhões em outubro. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 5,7 bilhões. A Previdência Social (RGPS) e o Banco Central apresentaram déficits de, respectivamente, R\$ 4,4 bilhões e R\$ 151,8 milhões.

O resultado primário do Governo Central em novembro de 2010 foi superavitário em R\$ 1,1 bilhão, contra R\$ 7,8 bilhões em outubro.

TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL
BRASIL, 2009-2010

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	OUT 2010	NOV 2010	JAN-NOV 2009 2010	
I. RECEITA TOTAL	74.052,9	71.091,4	659.657,0	821.821,7
I.1. Receitas do Tesouro	56.348,6	53.040,9	501.256,5	638.351,9
I.1.1. Receita Bruta (1)	58.989,4	54.152,0	512.918,1	651.944,5
I.1.1.1. Impostos	28.383,7	24.532,9	233.303,6	264.430,1
I.1.1.2. Contribuições	23.190,6	21.111,0	192.728,8	222.666,7
I.1.1.3. Demais	7.415,1	8.508,1	86.885,7	164.847,8
<i>d/q Cessão Onerosa Exploração de Petróleo</i>	0,0	0,0	0,0	74.807,6
I.1.2. (-) Restituições	-2.640,8	-1.111,2	-11.606,8	-13.494,1
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	-54,8	-98,6
I.2. Receitas da Previdência Social	17.563,6	17.920,1	156.416,9	181.444,6
I.2.1. Receitas da Previdência Social - Urbano (2)	17.150,0	17.505,6	152.297,1	177.123,4
I.2.2. Receitas da Previdência Social - Rural (2)	413,6	414,5	4.119,8	4.321,2
I.3. Receitas do Banco Central	140,7	130,4	1.983,6	2.025,2
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	11.715,0	12.638,8	113.787,5	123.964,5
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (II-I)	62.337,8	58.452,5	545.869,4	697.857,3
IV. DESPESA TOTAL	54.540,5	57.359,2	508.353,7	633.299,3
IV.1. Despesas do Tesouro	34.546,4	34.732,5	304.767,5	402.791,9
IV.1.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	12.990,1	14.974,2	134.783,5	147.762,4
IV.1.2. Custeio e Capital	21.473,0	19.652,4	168.946,5	253.926,9
IV.1.2.1. Despesa do FAT	2.794,8	2.651,2	25.281,4	27.836,3
IV.1.2.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (3)	1.161,6	27,0	4.710,5	7.531,3
IV.1.2.3. Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	1.885,0	1.900,8	17.304,4	20.332,1
IV.1.2.4. Capitalização da Petrobras	0,0	0,0	0,0	42.927,8
IV.1.2.5. Outras Despesas de Custeio e Capital	15.631,6	15.073,5	121.650,2	155.299,4
IV.1.2.5.1. Outras Despesas de Custeio	11.740,5	11.355,2	94.486,2	115.477,3
IV.1.2.5.2. Outras Despesas de Capital	3.891,1	3.718,3	27.164,0	39.822,1
IV.1.3. Transferência do Tesouro ao Banco Central	83,3	105,8	1.037,5	1.102,5
IV.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios)	19.736,2	22.344,6	201.041,4	227.809,6
IV.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano (2)	15.457,6	17.312,7	157.102,6	178.146,1
IV.2.2. Benefícios Previdenciários - Rural (2)	4.278,6	5.031,9	43.938,8	49.663,6
IV.3. Despesas do Banco Central	257,9	282,1	2.544,9	2.697,8
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB (4)	0,0	0,0	0,0	0,0
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV - V)	7.797,3	1.093,4	37.515,7	64.558,0
VI.1. Tesouro Nacional	10.087,2	5.669,6	82.701,4	111.595,5
VI.2. Previdência Social (RGPS) (5)	-2.172,6	-4.424,4	-44.624,5	-46.365,0
VI.2.1. Previdência Social (RGPS) - Urbano (2)	1.692,5	192,9	-4.805,5	-1.022,7
VI.2.2. Previdência Social (RGPS) - Rural (2)	-3.865,1	-4.617,4	-39.819,0	-45.342,3
VI.3. Banco Central (6)	-117,3	-151,8	-561,3	-672,5
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			1,30%	1,95%

* Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

(3) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(4) Despesa correspondente a integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 513/2010 e no Decreto nº 6.713/2008.

(5) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(6) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

PRINCIPAIS VARIAÇÕES ACUMULADO JAN-NOV %		
DISCRIMINAÇÃO	09/08	10/09
Receitas	1,9%	24,6%
Tesouro	-0,8%	27,4%
Previdência	11,4%	16,0%
Transferências	-4,0%	8,9%
Receita Líquida	3,2%	27,8%
Despesas	16,2%	24,6%
Benefícios	12,7%	13,3%
Pessoal	17,2%	9,6%
Custeio, Capital e Outros*	19,8%	50,3%
Custeio e Capital	19,8%	24,9%
FAT	30,9%	10,1%
Subsídios	-1,9%	59,9%
LOAS/RMV	18,2%	17,5%
Outras	19,0%	27,7%
Custeio	19,2%	22,2%
Capital	18,3%	46,6%
PIB	3,3%	15,1%

* Inclui capitalização da Petrobras

Relativamente à receita bruta do Tesouro Nacional, houve redução de R\$ 4,8 bilhões (8,2%), passando de R\$ 59,0 bilhões em outubro para R\$ 54,2

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL BRASIL, JAN-NOV (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
Receita Total	659.657,0	821.821,7
Transferências	113.787,5	123.964,5
Receita Líquida	545.869,4	697.857,3
Despesa Total	508.353,7	633.299,3
Resultado Primário	37.515,7	64.558,0

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, 2010 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	OUT/10	NOV/10
Constitucionais (IR/IPI/outros)	7.941,5	9.476,3
CIDE-Combustíveis	479,3	-
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	1.137,5	162,5
Demais	2.156,8	3.000,0
Total	11.715,0	12.638,8

¹ Inclui auxílio financeiro

Os gastos com pessoal e encargos cresceram R\$ 2,0 bilhões, principalmente em função da segunda parcela do décimo-terceiro salário dos servidores dos Poderes Legislativo, Judiciário e do MPU.

bilhões em novembro. Essa evolução decorreu principalmente: i) da redução das receitas decorrentes do IRPJ (R\$ 4,8 bilhões) e da CSLL (R\$ 2,1 bilhões) refletindo o pagamento, em outubro, da primeira cota ou cota única referentes à apuração trimestral desses tributos encerrada em setembro; ii) da arrecadação da Cota Parte de Compensações Financeiras, inferior em R\$ 2,2 bilhões à de outubro devido ao recolhimento trimestral, naquele mês, da participação especial pela produção e exploração de petróleo e gás natural; iii) da arrecadação de dividendos, R\$ 3,0 bilhões superior à ocorrida em outubro e; iv) do crescimento de R\$ 1,6 bilhão da arrecadação do IRRF – Rendimentos do Trabalho, decorrente do aumento da base de cálculo desse tributo no mês devido à antecipação de gratificação natalina.

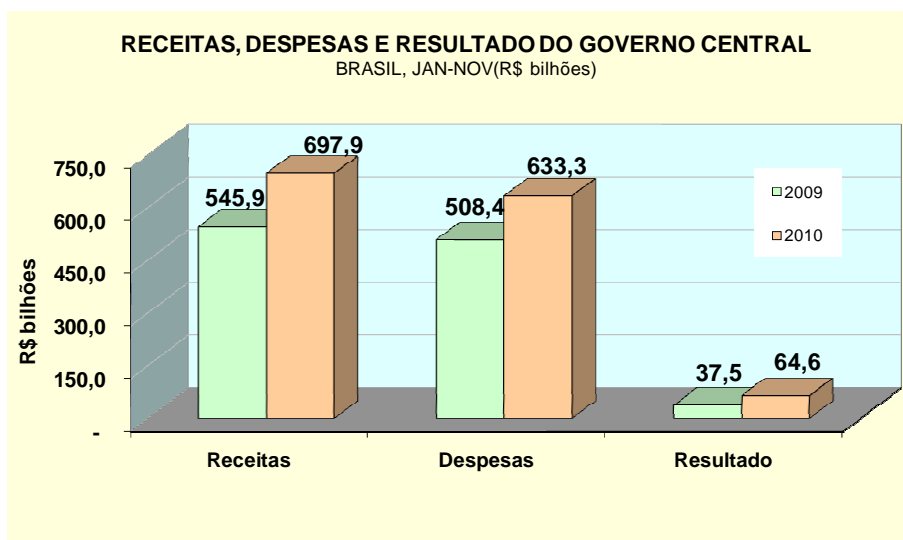
As transferências a estados e municípios totalizaram R\$ 12,6 bilhões em novembro, contra R\$ 11,7 bilhões no mês anterior, crescendo 7,9%, o devido: i) às transferências constitucionais terem registrado R\$ 9,5 bilhões, com incremento de 19,3% frente a outubro, reflexo da maior arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI) especialmente no terceiro decêndio de outubro, que repercute nas transferências de novembro; ii) ao repasse referente aos Royalties e Participação Especial terem alcançado R\$ 1,9 bilhão contra R\$ 836,0 milhões em outubro (crescimento de 131,3%), o que pode ser explicado pela arrecadação trimestral, em outubro, da participação especial pela produção e exploração de petróleo e gás natural, repassada em novembro para os entes subnacionais; iii) aos repasses referentes à Lei Complementar nº 115/2002, que se apresentaram R\$ 975,0 milhões inferiores aos do mês anterior, comportamento explicado pela antecipação, para outubro, da parcela de novembro do auxílio financeiro para fomento às exportações estabelecido pela Medida Provisória nº 501/2010 (em acréscimo à parcela do próprio mês); e iv) à redução no valor de R\$ 479,3 milhões da Cide-Combustíveis, devido à transferência trimestral ocorrida em outubro.

Do lado dos dispêndios, verificou-se no mês crescimento de R\$ 186,1 milhões (0,5%) nas despesas do Tesouro Nacional em relação a outubro. Os gastos com pessoal e encargos sociais alcançaram R\$ 15,0 bilhões (crescimento de R\$ 2,0 bilhões) principalmente em função da segunda parcela do décimo-terceiro salário dos servidores dos Poderes Legislativo, Judiciário e do MPU. As despesas discricionárias aumentaram R\$ 305,4 milhões, com destaque para os crescimentos dos gastos dos ministérios da Defesa (R\$ 320,0 milhões), da Ciência e Tecnologia (R\$ 185,5 milhões) e da Saúde (R\$ 180,3 milhões). Houve redução de R\$ 1,6 bilhão nos investimentos do PAC (R\$ 1,8 bilhão em novembro contra R\$ 3,4 bilhões no mês anterior). As despesas com operações oficiais de crédito diminuíram R\$ 1,1 bilhão, com destaque para as reduções de despesa com o Pronaf (R\$ 465,8 milhões), Custeio agropecuário (R\$ 448,6 milhões) e Programa de Aquisições do Governo Federal (R\$ 119,0 milhões).

A Previdência Social apresentou, em novembro, déficit de R\$ 4,4 bilhões, contra déficit de R\$ 2,2 bilhões apurado em outubro. A receita líquida do RGPS cresceu R\$ 356,5 milhões, enquanto os benefícios previdenciários aumentaram R\$ 2,6 bilhões. Esse resultado explica-se basicamente pelo pagamento, em novembro, da segunda parcela do abono equivalente à gratificação natalina a parte dos segurados e dependentes da Previdência, sem correspondência em outubro. Na segregação do resultado por clientela, a parcela urbana do RGPS apresentou superávit de R\$ 192,9 milhões no mês, contra R\$ 1,7 bilhão em outubro. O déficit da parcela rural foi de R\$ 4,6 bilhões no mês, contra R\$ 3,9 bilhões em outubro.

No acumulado de janeiro a novembro, o resultado primário do Governo Central foi superavitário em R\$ 64,6 bilhões (1,95% do PIB), contra R\$ 37,5 bilhões (1,30% do PIB) registrados em igual período de 2009 (aumento de 0,64 p.p.). Em relação ao PIB, as receitas do Governo Central, líquidas de transferências aos Estados e Municípios, apresentaram elevação de 2,09 p.p, enquanto as despesas totais elevaram-se em 1,45 p.p.

No acumulado até novembro de 2010, o Governo Central apresentou superávit equivalente a 1,95% do PIB, 0,64 p.p. superior ao mesmo período de 2009.



RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL
BRASIL, JAN-NOV (% do PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
Tesouro Nacional	2,87%	3,37%
Previdência Social	-1,55%	-1,40%
Banco Central	-0,02%	-0,02%
Governo Central	1,30%	1,95%

A receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de R\$ 139,0 bilhões (27,1%) relativamente ao acumulado até novembro de 2009. Esse aumento é explicado, principalmente, pelas seguintes variações: i) ingresso de R\$ 74,8 bilhões relativos à cessão onerosa para exploração de petróleo; ii) incremento de R\$ 20,5 bilhões (19,4%) na Cofins e de R\$ 4,3 bilhões (15,2%) no PIS-Pasep, refletindo o crescimento no volume de vendas em 2010, a compensação de débitos ocorrida em 2009, e as desonerações concedidas no ano passado; iii) aumento na arrecadação do IPI (R\$ 8,2 bilhões) refletindo alterações na legislação tributária e crescimento da produção industrial; iv) incremento de R\$ 7,0 bilhões na arrecadação do IRRF – Rendimentos do Trabalho, devido à variação da massa salarial e à alteração de incidência do IRPF determinada pela Lei nº 11.945/2009; v) crescimento da arrecadação

de IOF (R\$ 6,9 bilhões) refletindo alterações na legislação tributária e crescimento no volume das operações de crédito; vi) crescimento de R\$ 5,1 bilhões na arrecadação da cota-parte de compensações, explicado pela elevação do preço internacional do petróleo; vii) crescimento de R\$ 2,9 bilhões na arrecadação da CIDE-Combustíveis em função do aumento de alíquotas e da compensação de débitos ocorrida em 2009; viii) aumento de R\$ 2,2 bilhões em Outras Receitas em consequência, sobretudo, do ingresso de receitas do parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009 e do pagamento e parcelamento de que trata a Medida Provisória nº 470/2009 ix) redução de R\$ 1,0 bilhão nas receitas decorrentes de pagamento de dividendos.

As Transferências a Estados e Municípios apresentaram crescimento de R\$ 10,2 bilhões (8,9%) entre janeiro e novembro de 2010, frente a igual período de 2009. Os principais fatores explicativos dessa evolução são o incremento dos repasses de tributos compartilhados por União, Estados e Municípios (R\$ 6,1 bilhões) e os repasses de *royalties* e participação especial pela exploração de petróleo e gás natural (aumento de R\$ 3,3 bilhões). Também houve crescimento dos repasses da Cide, da ordem de R\$ 813,3 milhões, devido ao aumento das alíquotas específicas sobre gasolina e diesel, a partir de fatos geradores de junho de 2009 (Decreto nº 6.875/2009).

No acumulado até novembro de 2010, as despesas do Tesouro Nacional cresceram R\$ 98,0 bilhões (32,2%) frente ao mesmo período de 2009. Essa evolução decorreu, principalmente, dos seguintes fatores: i) despesa com operação de capitalização da Petrobras, no valor de R\$ 42,9 bilhões, sem contrapartida em 2009; ii) crescimento de R\$ 13,0 bilhões (9,6%) nas despesas com pessoal e encargos sociais, efeito de reestruturação de carreiras e remunerações dos servidores e do pagamento de passivos judiciais e administrativos do Poder Legislativo e MPU em maio (R\$ 721,8 mi); iii) incremento das despesas discricionárias, as quais se elevaram R\$ 19,8 bilhões (20,3%), com aumentos principalmente nos Ministérios da Educação (R\$ 5,5 bilhões), da Saúde (R\$ 3,9 bilhões), da Defesa (R\$ 3,0 bilhões) e do Desenvolvimento Social (R\$ 2,4 bilhões); iv) aumento de R\$ 5,3 bilhões nos créditos extraordinários; v) queda dos retornos líquidos no âmbito do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), que foram R\$ 21,5 milhões em 2010 contra R\$ 4,2 bilhões em 2009; e vi) aumento de R\$ 3,0 bilhões nas despesas com LOAS e RMV, explicada pelos reajustes do salário mínimo nos anos de 2009 e 2010, respectivamente, e pelo crescimento vegetativo da quantidade de benefícios pagos.

Cumprе salientar o incremento de R\$ 12,7 bilhões (46,6%) dos investimentos até novembro de 2010 relativamente ao mesmo período de 2009, e de R\$ 5,9 bilhões (43,6%) das despesas do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

Por fim, o déficit da Previdência Social elevou-se em R\$ 1,7 bilhão (3,9%) relativamente ao período de janeiro a novembro de 2009, alcançando R\$ 46,4 bi-

Os investimentos cresceram 46,6% em 2010 em comparação a 2009. As despesas com o PAC aumentaram 43,6%.

Em porcentagem do PIB, houve redução de 0,15 p.p. no déficit previdenciário.

lhões frente aos R\$ 44,6 bilhões apurados no ano anterior. A arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 25,0 bilhões (16,0%), explicada, sobretudo, pelo crescimento da massa salarial, que repercute nas contribuições sobre a folha de pagamento. Por outro lado, as despesas com benefícios previdenciários cresceram R\$ 26,8 bilhões (13,3%). Em porcentagem do PIB, houve redução de 0,15 p.p. no déficit previdenciário.

Na segregação por clientela, a parcela urbana do RGPS apresentou déficit de R\$ 1,0 bilhão, que corresponde a 2,2% do déficit total do regime, enquanto a parcela rural registrou déficit de R\$ 45,3 bilhões (97,8% do déficit do RGPS).

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 54,2 bilhões em novembro contra R\$ 59,0 bilhões verificados em outubro (diminuição de 8,2%). Este comportamento é explicado pela redução de R\$ 3,9 bilhões (13,6%) na arrecadação de impostos e de R\$ 2,1 bilhões (9,0%) na de contribuições, parcialmente compensada pelo aumento de R\$ 1,1 bilhão (14,7%) nas demais receitas.

Em novembro, as receitas de impostos federais totalizaram R\$ 24,5 bilhões e as de contribuições R\$ 21,1 bilhões, apresentando em seu conjunto diminuição de R\$ 5,9 bilhões (11,5%) em relação aos valores apurados em outubro. Essa evolução reflete: i) o decréscimo de R\$ 4,8 bilhões (47,0%) na arrecadação do IRPJ e de R\$ 2,1 bilhões (40,7%) na da CSLL devido ao pagamento, em outubro, da 1ª cota ou cota única do IRPJ e da CSLL, referente à apuração trimestral encerrada no mês de setembro; e ii) o crescimento de R\$ 1,6 bilhão (34,7%) na arrecadação do IRRF – Rendimentos do Trabalho em função do pagamento de parcela do décimo-terceiro salário nesse mês, aumentando a base de incidência do tributo.

As demais receitas do Tesouro Nacional registraram acréscimo de R\$ 1,1 bilhão (14,7%), tendo sido influenciadas, especialmente, pelas seguintes variações: i) crescimento de R\$ 3,0 bilhões na arrecadação de dividendos; ii) aumento de R\$ 542,6 milhões (64,3%) nas receitas da Contribuição para o Plano de Seguridade do Servidor Público – CPSS e; iii) diminuição de R\$ 2,2 bilhões (66,7%) na receita da cota-parte de compensações devido ao recolhimento trimestral, em outubro, da participação especial pela produção e exploração de petróleo e gás natural.

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou 19,67% do PIB no período de janeiro a novembro de 2010, dos quais 7,98% correspondem à arrecadação de impostos, 6,72% às contribuições e 4,97% às demais receitas.

Comparada ao mesmo período de 2009, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento nominal de R\$ 139,0 bilhões (27,1%), passando de R\$ 512,9 bilhões para R\$ 651,9 bilhões. Esse crescimento deveu-se fundamental-

Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

A redução da arrecadação em novembro frente ao mês anterior decorre dos efeitos sazonais da arrecadação do IRPJ, da CSLL e da cota-parte de compensações.

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL			
BRASIL, 2010 (R\$ Milhões)			
DISCRIMINAÇÃO ¹	OUT/10	NOV/10	
Impostos	28.383,7	24.532,9	
Imposto de Renda	19.882,7	16.133,7	
IPI	3.646,6	3.922,7	
Outros	4.854,4	4.476,5	
Contribuições	23.190,6	21.111,0	
Colinas	12.801,0	12.833,4	
CPMF	15,1	17,4	
CSLL	5.049,5	2.991,9	
Cide - Combustíveis	703,7	677,6	
Outras	4.621,3	4.590,6	
Demais	7.415,1	8.508,1	
Cota parte	3.358,9	1.119,5	
Diretamente Arrecadada	2.053,5	2.016,8	
Dividendos da União	4,6	2.961,6	
Concessões	15,5	14,2	
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	-	-	
Outras	1.982,7	2.396,0	
Total Bruto	58.989,4	54.152,0	

¹ Os valores referentes à retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

No período de janeiro a novembro de 2010, o crescimento da receita bruta do Tesouro Nacional reflete a recuperação dos principais indicadores macroeconômicos no período.

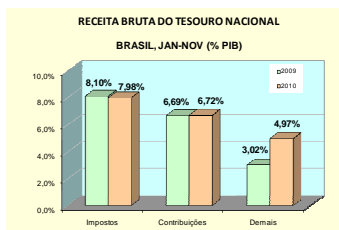
mente: i) à recuperação dos principais indicadores macroeconômicos que influenciam a arrecadação de tributos, como a produção industrial, o volume geral de vendas e a massa salarial; e ii) à receita de decorrente da cessão onerosa para exploração de petróleo pela Petrobras apurada no mês de setembro.

O crescimento na arrecadação de impostos e contribuições decorreu, principalmente, dos seguintes fatores:

- a) incremento de R\$ 20,5 bilhões (19,4%) na Cofins e de R\$ 4,4 bilhões (15,2%) no PIS-Pasep, devido sobretudo aos seguintes fatores:
 - i) crescimento de 13,9% no volume geral de vendas no acumulado de dezembro de 2009 a outubro de 2010 em relação ao mesmo período de 2008/2009; ii) acréscimo significativo de PIS/Cofins incidente sobre as importações; iii) transferências de depósitos judiciais da Caixa e de outros bancos para a Conta Única em outubro de 2009, em conformidade com a Medida Provisória nº 468/2009; iv) quitação de débitos em atraso, em novembro de 2009, em decorrência principalmente da edição da Lei nº 11.941/2009; v) compensação de pagamentos indevidos ou a maior, de janeiro a novembro de 2009; e vi) desonerações (principalmente antecipação de aproveitamento de créditos) promovidas por meio das Leis nºs 11.774/2008, 11.787/2008, 11.945/2009, 12.024/2009 e 12.096/2009.
- b) incremento de R\$ 8,2 bilhões (29,9%) na arrecadação de IPI, explicado principalmente pelos seguintes itens: i) IPI – Automóveis, decorrente do fim da redução temporária das alíquotas deste imposto a partir de 31 de março de 2010; ii) IPI – Fumo, em função da mudança do prazo de apuração e recolhimento de decendial para mensal, em maio de 2009, estabelecida pela Lei nº 11.933/2009, e do ajuste linear de 23,5% das alíquotas em junho de 2009, conforme Decreto nº 6.809/2009; iii) IPI – Vinculado às Importações, decorrente principalmente da conjugação da elevação de 43,4% no valor em dólar das importações com a elevação de 8,5% na alíquota média efetiva do IPI – Vinculado e a redução de 12,4% na taxa média de câmbio; e iv) IPI – Outros, devido ao crescimento de 12,4% na produção industrial no acumulado de dezembro/2009 a outubro/2010 em relação ao mesmo período de 2008/2009, bem como em função das desonerações tributárias instituídas pelos Decretos nºs 6.696/2008, 6.890/2009, 6.996/2009, 7.016/2009, 7.017/2009, 7.032/2009 e 7.060/2009, principalmente para caminhões, materiais de construção, móveis e eletrodomésticos.
- c) crescimento de R\$ 7,6 bilhões (9,5%) no IRRF, devido, especialmente, à elevação de R\$ 7,0 bilhões (14,8%) do IRRF – Rendimentos do Trabalho, decorrente do aumento nominal de 13,1% da massa salarial nos meses de dezembro/2009 a outubro/2010 em relação ao mesmo período de

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-NOV (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO ¹	2009	2010
Impostos	8,10%	7,98%
Imposto de Renda	6,03%	5,58%
IPI	0,98%	1,08%
Outros	1,12%	1,32%
Contribuições	6,69%	6,72%
Cofins	3,67%	3,81%
CPMF	0,01%	0,00%
CSLL	1,44%	1,26%
Cide - Combustíveis	0,15%	0,21%
Outras	1,43%	1,43%
Demais	3,02%	4,97%
Cota parte	0,63%	0,70%
Diretamente Arrecadada	0,75%	0,73%
Dividendos da União	0,72%	0,60%
Concessões	0,10%	0,02%
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	0,00%	2,28%
Outras	0,81%	0,67%
Total Bruto	17,82%	19,67%

¹ Os valores referentes à retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.



2008/2009 e da alteração da tabela de incidência do IRPF, conforme a Lei nº 11.945/2009.

- d) crescimento de R\$ 6,9 bilhões (40,6%) na arrecadação do IOF, refletindo:
- i) o aumento da alíquota nas liquidações de operações de câmbio para ingresso de recursos no país, realizadas por investidor estrangeiro para aplicação no mercado financeiro e de capitais, constantes dos Decretos nºs 6.983/2009, 7.011/2009, 7.323/2010 e 7.330/2010; e ii) o crescimento de 16,8% no volume das operações de crédito.
- e) elevação de R\$ 4,5 bilhões (30,9%) no Imposto de Importação (II), decorrente principalmente da conjugação dos seguintes fatores: i) elevação de 43,4% no valor em dólar (volume) das importações; ii) aumento de 6,1% na alíquota média efetiva do II; e iii) redução de 12,4% na taxa média de câmbio.
- f) crescimento de R\$ 2,9 bilhões (68,7%) na CIDE – Combustíveis, devido a:
- i) compensações realizadas em 2009; e ii) aumento das alíquotas específicas sobre gasolina e diesel, a partir dos fatos geradores de junho/2009, conforme Decreto nº 6.875/2009.
- g) crescimento de R\$ 2,0 bilhões (13,8%) na arrecadação de IRPF, refletindo:
- i) o aumento da arrecadação em decorrência dos pagamentos do ajuste de IRPF/2010, ano-base 2009; e ii) o crescimento do item “ganhos líquidos em bolsa”.
- h) crescimento de R\$ 1,8 bilhão (2,3%) no IRPJ e de R\$ 251,4 milhões (0,6%) na CSLL, desempenho explicado por: i) pagamento do ajuste, que terminou no mês de março e reflete o desempenho da economia no ano de 2009; ii) transferências de depósitos judiciais da Caixa e de outros bancos para a conta única da União, conforme Portaria MF nº 510/2009 e Medida Provisória nº 468/2009; iii) arrecadações extraordinárias, de aproximadamente R\$ 2,0 bilhões, realizadas em abril e julho de 2009, por instituições financeiras; iv) aumento significativo na arrecadação do lucro presumido, decorrente do aumento no volume de vendas de dezembro/2009 a setembro/2010; e v) pagamentos de IRPJ e CSLL ocorridos em novembro de 2009, decorrentes do disposto na Lei nº 11.941/2009.
- i) crescimento de R\$ 1,3 bilhão (15,2%) na arrecadação do salário-educação, refletindo, entre outros fatores, o crescimento da massa salarial no período.

O conjunto das demais receitas do Tesouro Nacional, por sua vez, alcançou crescimento de R\$ 78,0 bilhões (89,7%), em relação aos primeiros onze meses de 2009, decorrente dos seguintes fatores:

- a) ingresso de R\$ 74,8 bilhões referentes à cessão onerosa de exploração de petróleo para a Petrobras;

DEMAIS RECEITAS DO TESOURO		
BRASIL, JAN-NOV (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
Demais	86.885,7	164.847,8
Cota parte	18.142,7	23.274,1
Plano do Servidor (CPSS)	8.268,7	9.353,5
Diretamente Arrecada	21.731,9	24.298,5
Dividendos da União	20.810,9	19.772,7
Concessões	2.986,0	564,5
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	-	74.807,6
Outras	14.945,5	12.776,9

- b) acréscimo de R\$ 5,1 bilhões (28,3%) na arrecadação relativa à cota-parte de compensações financeiras, em função do aumento do preço internacional do petróleo;
- c) crescimento de R\$ 2,6 bilhões (11,8%) na arrecadação das receitas diretamente arrecadadas;
- d) incremento de R\$ 1,1 bilhão (13,1%) no recolhimento da Contribuição para o Plano de Seguridade do Servidor Público – CPSS;
- e) redução de R\$ 2,4 bilhões (81,1%) nas receitas oriundas de concessões, explicada: i) pelo recolhimento, em maio de 2009, de R\$ 699,1 milhões, referentes à 2ª parcela do ônus relativo à renovação dos contratos de concessão para prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) por parte das concessionárias; ii) pela arrecadação de R\$ 461,9 milhões, relativos ao pagamento da 2ª parcela do leilão (realizado em outubro de 2007) de subconcessão de trecho da Ferrovia Norte-Sul; e iii) pelo recolhimento, em setembro de 2009, de R\$ 1,1 bilhão relativo a licenças para exploração da banda de terceira geração (3G) por parte das empresas operadoras do serviço de telefonia móvel celular, todos sem correspondência em 2010;
- f) diminuição de R\$ 2,2 bilhões (14,5%) em outras receitas, decorrente, dentre outros fatores, de três ingressos ocorridos em novembro de 2009 sem correspondência em 2010: i) depósitos judiciais e extrajudiciais anteriores à Lei nº 9.703/98, transferidos da Caixa para o Tesouro Nacional, em conformidade com a Medida Provisória nº 468/2009 e as Portarias MF nºs 510/2009 e 531/2009; ii) pagamentos referentes ao parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009; e iii) primeira parcela do crédito-prêmio do IPI, conforme Portaria MF nº 470/2009;
- g) redução de R\$ 1,0 bilhão (5,0%) nas receitas decorrentes de pagamento de dividendos.

Transferências a Estados e Municípios

Em novembro, as transferências a Estados e Municípios totalizaram R\$ 12,6 bilhões, contra R\$ 11,7 bilhões no mês anterior, apresentando acréscimo de R\$ 923,8 milhões (7,9%). Esse comportamento pode ser explicado pelos seguintes fatores: i) acréscimo de R\$ 1,5 bilhão (19,3%) frente a outubro nas transferências constitucionais, que alcançaram R\$ 9,5 bilhões, como impacto da maior arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI) no terceiro decêndio de outubro, com reflexo nas transferências de novembro; ii) aumento, da ordem de R\$ 843,2 milhões (39,1%), nas demais transferências a Estados e Municípios, em decorrência da elevação de R\$ 1,1 bilhão (131,3%) no repasse referente aos *royalties* recolhidos pela União; iii) diminuição de R\$ 975,0 milhões nas transferências referentes à Lei Complementar nº 115/2002, explicada pelo repasse da 2ª parcela e antecipação da 3ª parcela do auxílio financeiro para fomento às exportações, ambos em outubro,

BASE DE CÁLCULO TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (IR + IPI-EXP.)

BRASIL, 2010 (R\$ milhões)		
Decêndio	Out	Nov
Terceiro Decêndio	9.943,1	13.088,9
Primeiro Decêndio	2.043,2	1.912,5
Segundo Decêndio	5.318,9	5.743,5
Total	17.305,2	20.744,9

que totalizaram R\$ 975,0 milhões, com base na Medida Provisória nº 501/2010; e iv) transferências da CIDE no valor de R\$ 479,3 milhões em outubro, sem correspondência em novembro.

No período de janeiro a novembro de 2010, as transferências a Estados e Municípios apresentaram, em seu conjunto, aumento de R\$ 10,2 bilhões (8,9%), elevando-se de R\$ 113,8 bilhões em 2009 para R\$ 124,0 bilhões em 2010. Os principais fatores explicativos dessa evolução são: i) o crescimento de R\$ 6,1 bilhões (7,1%) nas transferências constitucionais (IPI, IR e outras), reflexo da maior arrecadação das receitas compartilhadas (IR e IPI) em 2010 comparativamente a 2009; ii) o crescimento de R\$ 3,3 bilhões (29,6%) nos repasses de *royalties* e participação especial pela exploração de petróleo e gás natural, explicado pela elevação do preço internacional do petróleo; iii) o crescimento de R\$ 813,3 milhões (84,5%) nas transferências da CIDE, devido ao aumento das alíquotas específicas sobre gasolina e diesel, a partir de fatos geradores de junho de 2009 (Decreto nº 6.875/2009).

Em novembro, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 34,7 bilhões contra R\$ 34,5 bilhões relativamente a outubro, verificando-se acréscimo de R\$ 186,1 milhões (0,5%). Registrou-se aumento de R\$ 2,0 bilhões (15,3%) nas despesas de pessoal e encargos sociais, enquanto os gastos de custeio e capital decresceram R\$ 1,8 bilhão (8,5%).

As despesas de pessoal e encargos sociais passaram de R\$ 13,0 bilhões no mês de outubro para R\$ 15,0 bilhões em novembro – variação de R\$ 2,0 bilhões (15,3%) –, principalmente em função da segunda parcela do décimo-terceiro salário (gratificação natalina) dos servidores dos Poderes Legislativo, Judiciário e do MPU.

Os gastos com custeio e capital, por sua vez, reduziram R\$ 1,8 bilhão em relação ao mês anterior. Este resultado decorreu da diminuição das despesas com subsídios e subvenções econômicas em R\$ 1,1 bilhão (97,7%), com outras despesas de custeio e capital em R\$ 558,2 milhões (3,6%) e com desembolsos do FAT em R\$ 143,6 milhões (5,1%). Por sua vez, as despesas com LOAS apresentaram crescimento de R\$ 15,8 milhões (0,8%).

No caso das despesas do FAT, o dispêndio foi de R\$ 2,7 bilhões em novembro, contra R\$ 2,8 bilhões no mês anterior. Essa redução refere-se ao pagamento de menos parcelas do abono salarial, conforme o calendário de pagamento referente ao exercício 2010/2011 (julho/2010 a junho/2011) definido pela Resolução Codefat nº 645, de 27 de maio de 2010. Houve desembolso de R\$ 1,1 bilhão com abono salarial, com redução de R\$ 3,6 milhões (0,3%) em relação a outubro, enquanto as despesas com seguro-desemprego reduziram-se em R\$ 98,0 milhões (5,9%).

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, 2010 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	OUT/10	NOV/10
Constitucionais (IR/IPI/outros)	7.941,5	9.476,3
CIDE-Combustíveis	479,3	-
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	1.137,5	162,5
Demais	2.156,8	3.000,0
Total	11.715,0	12.638,8

¹ Inclui auxílio financeiro

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN-NOV (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
Constitucionais (IR/IPI/outros)	2,65%	2,48%
CIDE - Combustíveis	0,03%	0,05%
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	0,12%	0,09%
Demais	0,72%	0,73%
Total	3,53%	3,36%

¹ Inclui auxílio financeiro

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2010 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	OUT/10	NOV/10
Pessoal e Encargos	12.990,1	14.974,2
Custeio e Capital	21.473,0	19.652,4
Despesas do FAT	2.794,8	2.651,2
Subsídios e Subvenções	1.161,6	27,0
LOAS/RMV	1.885,0	1.900,8
Capitalização da Petrobras	0,0	0,0
Outras	15.631,6	15.073,5
Transferência ao Bacen	83,3	105,8

¹ Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS BRASIL, 2010 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO ¹	OUT/10	NOV/10
Agricultura	875,6	-244,5
Custeio Agropecuário	448,6	0,0
Investimento Rural	0,1	0,2
Preços Agrícolas	181,7	62,5
- EGF	0,2	0,0
- AGF	80,9	-38,1
- Sustent. de preços	100,6	100,6
Pronaf	107,0	-358,8
Pesa	93,9	0,0
Cacau	0,0	0,0
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incra	41,8	49,2
FUNCAFÉ	2,5	2,4
Revitaliza	0,0	0,0
Outros	65,3	39,9
Habitação (PSH)	0,0	40,8
FND	-1,6	-1,6
Exportação (Proex)	66,9	0,7
Total	940,8	-204,7

¹ Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL		
BRASIL, 2010 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	OUT/10	NOV/10
Sentenças Judiciais	35,0	33,8
Legislativo	92,0	97,8
Judiciário	472,6	455,7
Crédito Extraordinário ¹	567,9	1.034,7
PAC ²	3.374,8	1.757,8
Outras ³	187,2	486,0
Discricionárias	10.902,2	11.207,6
d/q Min. da Saúde	4.438,2	4.618,5
Min. do Des. Social	1.362,3	1.390,0
Min. da Educação	1.556,2	1.629,4
Min. da Defesa	781,8	1.101,8
Min. da Ciência e Tec.	295,9	481,4
Min. da Des. Agrário	87,7	148,7
Min. da Justiça	205,9	181,0
Min. da Previdência	182,5	167,1
Min. dos Transportes	44,6	97,2
Min. das Cidades	148,8	114,9
Demais	1.798,1	1.277,5
Total	15.631,6	15.073,5

¹ Exclui crédito extraordinário relativo a Projeto Piloto de Investimento Público.
² Corresponde à despesa do PAC passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei nº 10.902/04.
³ Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, anistias, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

Quanto aos subsídios e subvenções econômicas, a redução decorreu principalmente da execução dos seguintes programas: i) Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), que passou de dispêndio de R\$ 107,0 milhões em outubro para o retorno líquido de R\$ 358,8 milhões (declínio total de 435,5%) no mês atual; ii) Custeio Agropecuário, que totalizou R\$ 448,6 milhões no mês anterior sem contrapartida em novembro (queda de 100,0%); e iii) Aquisições do Governo Federal (AGF), que registrou retorno líquido de R\$ 38,1 milhões, contra dispêndio de R\$ 80,9 milhões em outubro (diminuição total de 147,1%). Contribuíram igualmente para a redução dos dispêndios o Programa de Saneamento de Ativos (PESA), sem despesa em novembro contra desembolso de R\$ 93,9 milhões em outubro (declínio de 100,0%), e o Programa de Financiamento às Exportações (Proex), cujo gasto passou de R\$ 66,9 milhões em outubro para R\$ 684,6 mil em novembro (redução de 99,0%). Por outro lado, os dispêndios do Programa Social de Habitação (PSH), nulos em outubro, foram de R\$ 40,8 milhões em novembro.

Nas outras despesas de custeio e capital, destaca-se o decréscimo do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC em R\$ 1,6 bilhão (47,9%) em relação ao mês de outubro. Por outro lado, registrou-se variação positiva das seguintes despesas: i) crédito extraordinário (R\$ 466,8 milhões, 82,2%); ii) despesas discricionárias (R\$ 305,4 milhões, 2,8%); e iii) Fundos de Desenvolvimento – ADA/ADENE (R\$287,8 milhões, 352,3%).

As despesas do Tesouro Nacional totalizaram 12,15% do PIB até novembro de 2010, contra 10,59% no mesmo período do ano anterior. Em termos nominais, verificou-se aumento de R\$ 98,0 bilhões (32,2%) em relação ao mesmo período de 2009, destacando-se os incrementos de R\$ 85,0 bilhões (50,3%) nas despesas de custeio e capital e de R\$ 13,0 bilhões (9,6%) nos gastos com pessoal e encargos sociais.

Nos dispêndios com a folha salarial houve redução de 0,22 p.p. em relação ao PIB, passando de 4,68 p.p. em 2009 para 4,46 p.p. do PIB em 2010. No âmbito dos Poderes Legislativo, Judiciário e MPU os gastos cresceram 8,7%, enquanto no Poder Executivo o incremento foi de 11,6%. O pagamento de precatórios e sentenças judiciais de pessoal totalizou R\$ 4,4 bilhões em 2010, contra o desembolso de R\$ 5,8 bilhões no mesmo período de 2009.

Os gastos com custeio e capital cresceram, passando de 5,87 p.p. para 7,66 p.p. do PIB (aumento de 1,79 p.p.). Esse crescimento pode ser explicado pelos seguintes fatores: i) elevação de 1,30 p.p. decorrente da capitalização da Petrobras; ii) incremento de 0,46 p.p. nas outras despesas de custeio e capital; iii) aumento de 0,06 p.p. do PIB nos gastos com subsídios e subvenções econômicas; iv) aumento de

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL		
BRASIL, JAN-NOV (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
Tesouro Nacional	10,59%	12,15%
Pessoal e Encargos	4,68%	4,46%
Custeio e Capital	5,87%	7,66%
Despesas do FAT	0,88%	0,84%
Subsídios e Subvenções ¹	0,16%	0,23%
LOAS/RMV	0,60%	0,61%
Capitalização da Petrobras	0,00%	1,30%
Outras	4,23%	4,69%
Transferência ao Bacen	0,04%	0,03%

¹ Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

0,01 p.p. nos dispêndios com LOAS/RMV; e v) redução de 0,04 p.p. nas despesas com abono salarial, seguro-desemprego e gastos operacionais do FAT.

As despesas do FAT atingiram R\$ 27,8 bilhões nos onze primeiros meses de 2010, contra R\$ 25,3 bilhões em igual período do ano anterior, com crescimento de R\$ 2,6 bilhões ou 10,1%. O acréscimo é decorrente não somente do aumento do salário mínimo, mas também da elevação no número de beneficiários identificados.

As despesas com subsídios e subvenções econômicas alcançaram R\$ 7,5 bilhões em 2010, contra R\$ 4,7 bilhões no mesmo período de 2009. Esta variação decorreu, em grande medida, da diminuição dos retornos líquidos no âmbito do FND, que foram de R\$ 21,5 milhões em 2010, contra R\$ 4,2 bilhões em 2009 (99,5%). Adicionalmente, no período, houve elevação das despesas dos seguintes programas: i) Sustentação de Preços (R\$ 496,2 milhões, 60,9%); ii) Custeio Agropecuário (R\$ 293,5 milhões, 150,3%); e iii) Programa de Saneamento de Ativos – Pesa (R\$ 145,0 milhões, 56,0%). Por outro lado, registrou-se redução nos seguintes programas: i) Aquisições do Governo Federal – AGF (R\$ 1,1 bilhão, 46,4%); ii) Pronaf (R\$ 863,5 milhões, 95,1%); e iii) Habitação – PSH (R\$ 152,5 milhões, 78,9%).

As despesas com benefícios assistenciais (LOAS/RMV) aumentaram R\$ 3,0 bilhões (17,5%) em relação ao mesmo período de 2009. Essa variação é explicada pelo reajuste do salário mínimo de 12,0% e 9,7% nos anos de 2009 e 2010, respectivamente, e também pelo crescimento vegetativo da quantidade de benefícios pagos em 8,0% nos onze primeiros meses de 2010, se comparado a igual período de 2009 (média contra média). Do total de benefícios pagos, 1,6 milhão foi destinado aos idosos e 1,7 milhão aos portadores de necessidades especiais.

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS BRASIL, JAN-NOV (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO ¹	2009	2010
Agricultura	5.468,5	4.458,2
Custeio Agropecuário	195,3	488,8
Investimento Rural	-87,4	-1,2
Preços Agrícolas	3.288,4	2.718,2
- EGF	11,4	88,7
- AGF	2.462,3	1.318,7
- Sustent. de preços	814,7	1.310,8
Pronaf	908,4	44,8
Pesa	258,8	403,8
Cacau	0,8	0,0
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incra	795,5	726,6
FUNCAFE	50,0	77,2
Revitaliza	58,7	0,0
Outros	-4.033,2	-56,5
Habitação (PSH)	193,3	40,8
FND	-4.245,3	-21,5
Exportação (Proex)	18,7	-75,8
Total	1.435,3	4.401,7

1 Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.
2 Dados revisados

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL BRASIL, JAN-NOV (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
Sentenças Judiciais	1.727,0	2.319,9
Legislativo	960,0	1.035,2
Judiciário	3.941,0	4.895,2
Crédito Extraordinário ¹	2.544,3	7.858,8
PAC ²	13.456,4	19.319,8
Outras ³	1.242,0	2.290,0
Discionárias	97.779,5	117.580,5
d/q Min. da Saúde	43.813,3	47.705,7
Min. do Des. Social	12.890,7	15.337,0
Min. da Educação	11.608,9	17.141,5
Min. da Defesa	7.377,2	10.352,3
Min. da Ciência e Tec.	3.304,2	3.855,8
Min. do Des. Agrário	1.961,9	2.068,6
Min. da Justiça	2.307,8	2.661,5
Min. da Previdência	1.421,1	1.901,2
Min. dos Transportes	924,5	947,0
Min. das Cidades	844,8	1.182,9
Demais	11.325,1	14.427,1
Total	121.650,2	155.299,4

1 Exclui crédito extraordinário relativo a Projeto Piloto de Investimento Público.
2 Corresponde à despesa do PAC passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei no 97.
3 Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, anistias, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

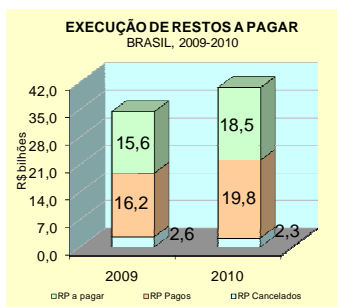
**QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS LOAS
BRASIL, 2001-2010**

	Total LOAS	Variação em relação à média do ano anterior	Idosos	Variação em relação à média do ano anterior	Portadores de Necessidades Especiais	Variação em relação à média do ano anterior
média 2001	1.290.690	-	444.190	-	846.500	-
média 2002	1.455.205	13%	531.617	20%	923.588	9%
média 2003	1.631.497	12%	627.693	18%	1.003.804	9%
média 2004	1.898.903	16%	821.288	30%	1.077.615	7%
média 2005	2.173.634	15%	1.002.778	23%	1.170.856	9%
média 2006	2.389.050	10%	1.131.939	13%	1.257.111	8%
média 2007	2.575.467	8%	1.239.649	10%	1.335.818	6%
média 2008	2.810.538	9%	1.360.235	10%	1.450.303	9%
média 2009	3.052.295	9%	1.487.566	9%	1.564.729	8%
nov/01	1.286.287	-	441.930	-	844.357	-
nov/02	1.445.600	12%	526.800	19%	918.800	9%
nov/03	1.625.157	12%	624.313	19%	1.000.844	9%
nov/04	1.884.166	16%	811.117	30%	1.073.049	7%
nov/05	2.164.204	15%	997.066	23%	1.167.138	9%
nov/06	2.381.011	10%	1.127.221	13%	1.253.790	7%
nov/07	2.565.889	8%	1.234.552	10%	1.331.337	6%
nov/08	2.799.271	9%	1.354.458	10%	1.444.814	9%
nov/09	3.041.882	9%	1.482.688	9%	1.559.193	8%
nov/10	3.280.269	8%	1.580.276	7%	1.699.993	9%

Em 2010, os gastos com investimentos do governo federal totalizaram R\$ 39,8 bilhões, incremento de 46,6% em relação ao exercício de 2009.

As outras despesas de custeio e capital cresceram R\$ 33,6 bilhões (27,7%) nos primeiros onze meses de 2010 em relação ao exercício anterior, destacando-se as seguintes rubricas: i) os gastos discricionários, com aumento de R\$ 19,8 bilhões (20,3%); ii) o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, com elevação de R\$ 5,9 bilhões (43,6%); iii) os créditos extraordinários, com aumento de R\$ 5,3 bilhões (208,9%); e iv) os gastos no âmbito do Legislativo e Judiciário, com incremento de R\$ 1,0 bilhão (21,0%). Responderam pelo crescimento dos gastos discricionários principalmente os Ministérios da Educação (R\$ 5,5 bilhões), da Saúde (R\$ 3,9 bilhões), da Defesa (R\$ 3,0 bilhões) e do Desenvolvimento Social (R\$ 2,4 bilhões). Destaca-se que os investimentos totais (Tabela A9) atingiram R\$ 39,8 bilhões, o que representou um incremento de R\$ 12,7 bilhões (46,6%) em relação ao ano de 2009. Adicionalmente, cumpre salientar o incremento de R\$ 592,8 milhões nos precatórios de custeio.

O montante pago de restos a pagar (RP) de janeiro a novembro de 2010, segundo o Decreto de Programação Financeira, correspondeu a R\$ 19,8 bilhões, equivalentes a 51,8% do total de RP inscritos (menos cancelamentos) contra 50,9% no mesmo período do ano anterior, sendo que R\$ 9,8 bilhões referem-se a despesas com investimentos, correspondentes a um percentual de execução de 39,6% do total programado para o ano. Do total dos RP pagos, a execução concentrou-se, principalmente, nos Ministérios da Educação (R\$ 4,4 bilhões), da Saúde (R\$ 4,1 bilhões) e da Defesa (R\$ 2,4 bilhões), destacando-se os projetos de: Prevenção, Preparação e Enfrentamento para a Pandemia de Influenza (R\$ 1,7 bilhão); Implantação, Construção e Reforma de Campus Universitários (R\$ 559,0 milhões); Readequação das Universidades Federais – Reuni (R\$ 499,2 milhões); Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde (R\$ 254,1 milhões); Reestruturação, Aquisição, Modernização e Revitalização de Aeronaves (R\$ 249,8 milhões); Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Água e Esgoto (R\$ 235,5 milhões); e Construção, Implantação e Adequação das Instalações Esportivas para os V Jogos Mundiais Militares (R\$ 132,3 milhões).



Previdência Social

Em novembro, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R\$ 4,4 bilhões, contra um déficit de R\$ 2,2 bilhões em outubro (elevação de R\$ 2,3 bilhões ou 103,6%). Esse resultado explica-se basicamente pelo pagamento, em novembro, da segunda parcela do abono equivalente à gratificação natalina a parte dos segurados e dependentes da Previdência, sem correspondência em outubro. Nos onze primeiros meses do ano, registrou-se um incremento do déficit de R\$ 1,7 bilhão (3,9%) em relação ao mesmo período do ano anterior.

TABELA 2
RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2009-2010

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões			
	OUT 2010	NOV 2010	JAN-NOV 2009 2010	
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	17.563,6	17.920,1	156.416,9	181.444,6
Arrecadação Bruta	19.392,1	19.919,1	173.932,4	201.835,9
- Contribuição Previdenciária	17.447,6	17.979,4	157.675,5	182.306,1
- Simples	1.722,9	1.746,5	12.040,5	17.158,9
- CFT	47,7	45,1	698,5	490,0
- Depósitos Judiciais	162,7	137,0	3.306,2	1.762,7
- Refis	11,2	11,2	211,7	118,2
(-) Restituição/Devolução	-65,8	-170,7	-486,9	-681,0
(-) Transferências a Terceiros	-1.762,7	-1.828,3	-17.028,7	-19.710,3
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	19.736,2	22.344,6	201.041,4	227.809,6
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-2.172,6	-4.424,4	-44.624,5	-46.365,0
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			-1,55%	-1,40%

Em novembro de 2010, a Previdência Social registrou déficit de R\$ 4,4 bilhões, contra R\$ 2,2 bilhões registrados no mês anterior.

A arrecadação líquida da Previdência Social totalizou R\$ 17,9 bilhões em novembro, apresentando aumento de R\$ 356,5 milhões (2,0%) frente aos ingressos líquidos de outubro. Em relação aos primeiros onze meses de 2009, a arrecadação líquida apresentou um aumento de R\$ 25,0 bilhões (16,0%). Contribuiu para esse crescimento o aumento da massa salarial, que repercute nas contribuições sobre a folha de pagamento. Segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), a massa salarial observada entre dezembro de 2009 e outubro de 2010 foi 13,1% superior à verificada no período correspondente de 2008/2009.

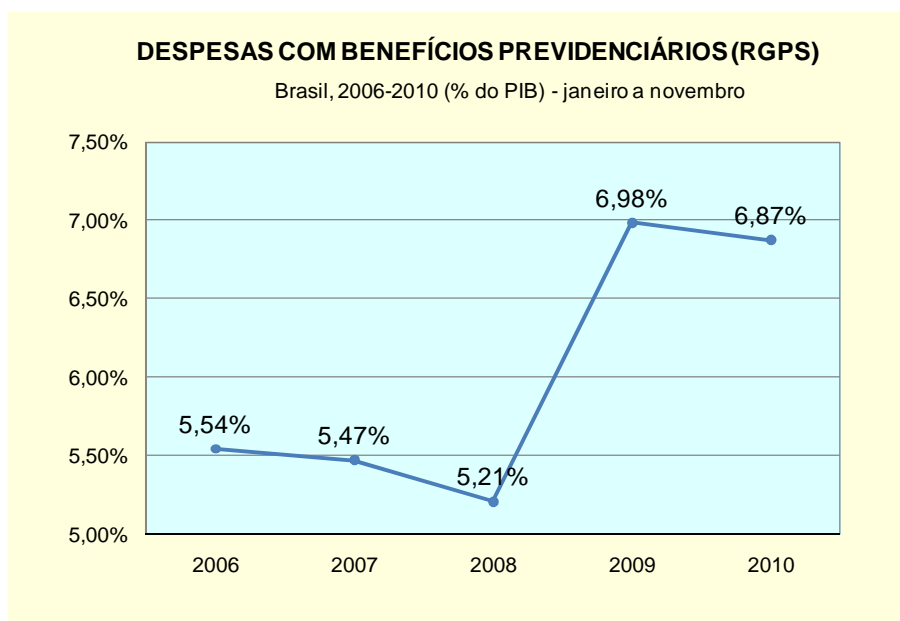
As despesas com benefícios alcançaram o valor de R\$ 22,3 bilhões em novembro, apresentando aumento de R\$ 2,6 bilhões (13,2%) em relação a outubro. Essa elevação se explica sobretudo pelo pagamento, em novembro, da segunda e última parcela do abono equivalente à gratificação de Natal a metade dos segurados e dependentes da Previdência Social que auferem benefícios no valor de até um salário mínimo, nos termos do art. 41-A, § 3º, da Lei nº 8.213/1991. A outra metade dos titulares de benefícios de até um salário mínimo, bem como a totalidade dos beneficiários com direito a mais de um salário mínimo, receberão no mês de dezembro a segunda e última parcela do abono anual. Comparativamente aos onze primeiros meses de 2009, as despesas com benefícios elevaram-se em R\$ 26,8 bilhões (13,3%). Isso é explicado, principalmente, por dois fatores: (i) aumento de R\$ 63,22 (8,8%) no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência, como consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso; e (ii) elevação de 727,5 mil (3,1%) na quantidade média mensal de benefícios pagos. Deve-se ressaltar, ainda, que o pagamento de precatórios e sentenças judiciais entre janeiro e novembro de 2010 registrou um aumento de R\$ 708,6 milhões (11,5%) em relação ao mesmo período de 2009.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA			
BRASIL, JAN-NOV (R\$ bilhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010	%
Contribuição	156.416,9	181.444,6	16,0%
Urbano	152.297,1	177.123,4	16,3%
Rural	4.119,8	4.321,2	4,9%
Benefícios	201.041,4	227.809,6	13,3%
Urbano	157.102,6	178.146,1	13,4%
Rural	43.938,8	49.663,6	13,0%
Res. Primário	-44.624,5	-46.365,0	3,9%
Urbano	-4.805,5	-1.022,7	-78,7%
Rural	-39.819,0	-45.342,3	13,9%

Nos primeiros onze meses do ano, o déficit previdenciário atingiu R\$ 46,4 bilhões, frente a R\$ 44,6 bilhões em 2009. Em relação ao PIB, o déficit caiu de 1,55% em 2009 para 1,40% em 2010.

O gráfico a seguir ilustra a evolução das despesas com benefícios previdenciários nos últimos anos, considerando o acumulado de janeiro a novembro de cada ano. Verifica-se que em 2006 esses gastos correspondiam a 5,54% do PIB; em 2010, correspondem a 6,87%. Nos últimos cinco anos, o crescimento médio das despesas com benefícios foi de 0,35 ponto percentual do PIB por ano. A despesa acumulada até novembro de 2009 e 2010 reflete as antecipações parciais do abono anual conforme a legislação em vigor, fato que não se verificou nos anos de 2006 a 2008.

Nos últimos cinco anos, as despesas com benefícios previdenciários do RGPS cresceram, em média, 0,35 p.p. por ano, passando de 5,54% do PIB entre janeiro e novembro de 2006 para 6,87% do PIB no mesmo período de 2010.



BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA			
BRASIL, MÉDIA JAN-NOV			
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010	%
Quantidade RGPS*	23,1	23,9	3,1%
Valor médio RGPS**	720,5	783,7	8,8%

(*) em milhões
(**) em R\$ 1,00

No estoque de benefícios dos onze primeiros meses de 2010, comparado ao mesmo período de 2009, destacam-se os aumentos de 568,3 mil aposentadorias (3,8%) e de 175,9 mil pensões por morte (2,7%), bem como a redução de 31,4 mil benefícios de auxílio-doença (2,5%).

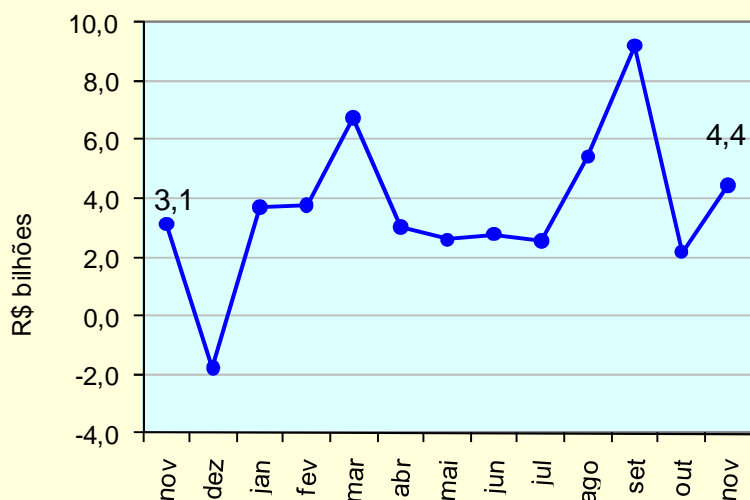
TABELA 3
QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2009-2010

	Em mil benefícios			
	OUT 2010	NOV 2010	JAN-NOV 2009 2010	
Benefícios do RGPS	24.174	24.341	23.141	23.868
Previdenciários	23.362	23.517	22.338	23.070
Aposentadorias	15.491	15.559	14.758	15.320
Idade	8.099	8.135	7.672	7.999
Invalidez	2.943	2.953	2.868	2.928
Tempo de contribuição	4.449	4.471	4.219	4.393
Pensão por morte	6.592	6.617	6.360	6.537
Auxílio-Doença	1.147	1.208	1.105	1.085
Salário - maternidade	74	74	65	72
Outros	58	59	49	56
Acidentários	812	824	803	798
Aposentadorias	165	166	156	163
Pensão por morte	126	126	127	126
Auxílio - doença	169	180	169	158
Auxílio - acidente	280	281	274	278
Auxílio - suplementar	72	72	77	73

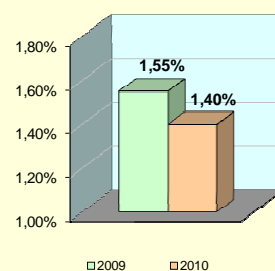
RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN-NOV (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
Contribuição	5,43%	5,47%
Urbano	5,29%	5,34%
Rural	0,14%	0,13%
Benefícios	6,98%	6,87%
Urbano	5,46%	5,37%
Rural	1,53%	1,50%
Res. Primário	-1,55%	-1,40%
Urbano	-0,17%	-0,03%
Rural	-1,38%	-1,37%

Como proporção do PIB, a receita previdenciária apresentou acréscimo de 0,04 p.p. enquanto os gastos com benefícios previdenciários caíram 0,11 p.p. em relação ao período de janeiro a novembro de 2009. Como resultado, o déficit primário do RGPS diminuiu para 1,40% do PIB, 0,15 p.p. menor que o registrado no mesmo período do ano anterior.

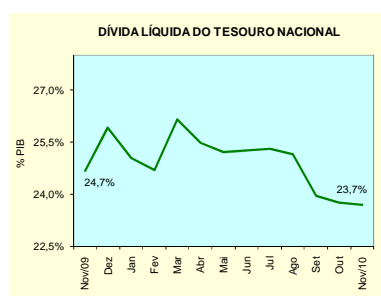
DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2009/2010



DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, JAN-NOV (% do PIB)



Em novembro, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 905,2 bilhões, o equivalente a 23,7% do PIB.



DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

A Dívida Líquida do Tesouro Nacional – DLTN alcançou o montante de R\$ 905,2 bilhões em novembro, o equivalente a 23,7% do PIB. Comparativamente ao mês anterior, houve elevação de R\$ 12,1 bilhões, em termos nominais, conseqüência do aumento de R\$ 12,9 bilhões no estoque da dívida interna líquida, compensado em parte pela redução de R\$ 770,7 milhões na dívida externa líquida. Em relação ao PIB, houve diminuição de 0,1 p.p no mês.

TABELA 4
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2009/2010

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2009 NOV	2010 OUT	2010 NOV
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	665.800	801.148	814.051
I.1. Dívida Interna	1.940.698	2.234.257	2.260.351
I.2. Haveres Internos	1.274.898	1.433.109	1.446.301
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	101.724	91.955	91.184
II.1. Dívida Externa	101.976	92.209	91.429
II.2. Haveres Externos	252	254	245
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	767.523	893.103	905.235
IV. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB¹	24,7%	23,8%	23,7%

(*) Dados sujeitos a alteração.

¹ PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Em relação ao ano anterior, a DLTN em proporção do PIB reduziu 1,0 p.p, passando de 24,7% em novembro de 2009 para 23,7% em novembro de 2010. Em termos nominais, o aumento foi de R\$ 137,7 bilhões, no mesmo período, conseqüência do crescimento de R\$ 148,3 bilhões no estoque da dívida interna líquida, compensado em parte pela queda de R\$ 10,5 bilhões no estoque da dívida externa líquida.

Dívida Interna Líquida

No mês de novembro, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 814,1 bilhões, o equivalente a 21,3% do PIB. O aumento de R\$ 12,9 bilhões, em relação ao mês anterior, explica-se pela elevação de R\$ 26,1 bilhões no estoque da dívida interna bruta, compensado em parte pelo crescimento de R\$ 13,2 bilhões nos haveres internos.

Relativamente ao ano anterior, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional, tomada em proporção do PIB, teve decréscimo de 0,1 p.p., passando de 21,4% para 21,3%. Em termos nominais, a Dívida Interna Líquida passou de R\$ 665,8 bilhões em novembro de 2009 para R\$ 814,1 bilhões em novembro de 2010. Esse comportamento decorreu do aumento de R\$ 319,7 bilhões no estoque

da dívida interna, compensado em parte pelo crescimento de R\$ 171,4 bilhões nos haveres internos.

TABELA 5
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2009/2010

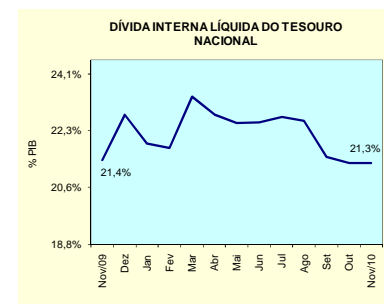
DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2009	2010	
	NOV	OUT	NOV
I. DÍVIDA INTERNA	1.940.698	2.234.257	2.260.351
I.1. Dívida Mobiliária	1.919.608	2.219.659	2.245.990
DPMFi em Poder do Público ¹	1.389.868	1.552.722	1.574.922
DPMFi em Poder do Banco Central	549.108	691.074	694.817
(-) Aplicações em Títulos Públicos ²	(19.368)	(24.137)	(23.750)
I.2. Demais Obrigações Internas	21.090	14.598	14.361
II. HAVERES INTERNOS	1.274.898	1.433.109	1.446.301
II.1. Disponibilidades Internas	374.152	374.089	379.794
II.2. Haveres junto aos Governos Regionais	437.656	461.812	465.283
II.3. Haveres da Administração Indireta	219.044	234.299	237.883
II.4. Haveres Administrados pela STN	244.047	362.910	363.341
III. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	665.800	801.148	814.051
IV. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB³	21,4%	21,3%	21,3%

(*) Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui TDA e dívida securitizada.

² Refere-se a aplicações do FAT e fundos diversos em títulos públicos federais.

³ PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.



A Dívida Interna Líquida manteve-se em 21,3% em relação ao PIB neste mês.

Em novembro, a Dívida Mobiliária (Dívida Pública Mobiliária Federal interna – DPMFi), descontadas as aplicações do FAT e de outros fundos públicos em títulos federais, aumentou R\$ 26,3 bilhões em relação ao mês anterior (em relação ao PIB, houve decréscimo de 0,3 p.p.). Essa elevação da DPMFi pode ser explicada pela emissão líquida de R\$ 3,2 bilhões ocorrida no período mais apropriação de juros no valor de R\$ 22,7 bilhões. Em relação a novembro do ano anterior, houve aumento de R\$ 326,4 bilhões em termos nominais e redução de 2,9 p.p. em proporção do PIB, passando de 61,7% para 58,8% do PIB.

Na carteira de títulos em poder do público houve aumento de R\$ 22,2 bilhões, associado a emissão líquida de R\$ 6,3 bilhões e a apropriação de juros no total de R\$ 15,9 bilhões. Na carteira do Banco Central, o aumento foi de R\$ 3,7 bilhões, sendo R\$ 6,8 bilhões de apropriação de juros e R\$ 3,1 bilhões de resgate líquido.

Em relação à composição da carteira em poder do público, as variações mais significativas, comparadas ao mês anterior, ocorreram com o aumento no estoque de LTN no montante de R\$ 14,7 bilhões, de LFT em R\$ 3,6 bilhões e de NTN-F em R\$ 3,3 bilhões.

Título	R\$ bilhões		
	2009	2010	
	NOV	OUT	NOV
Em Poder do Público	1.390	1.553	1.575
LFT	520	517	521
LTN	233	324	338
NTN-B	322	366	366
NTN-C	58	62	64
NTN-F	219	247	250
Demais ¹	39	37	36
Aplic. em Tít. Púb.	-19	-24	-24
Na carteira do BCB	549	691	695
Total	1.920	2.220	2.246
% PIB	61,7%	59,1%	58,8%

¹ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

TABELA 6
VARIAÇÃO DA DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, NOV/2010

Título	Saldo Out/10	Fatores de Variação ¹¹			Saldo Nov/10
		Emissões	Resgates ¹²	Juros ¹³	
Em poder do público	1.552,7	21,9	(15,63)	15,9	1.574,9
LFT	517,4	3,4	(4,00)	4,1	521,0
LTN	323,7	11,9	(0,01)	2,8	338,5
NTN-B	365,7	5,2	(9,69)	4,7	366,0
NTN-C	62,3	0,0	(0,00)	1,4	63,7
NTN-F	246,6	1,0	(0,01)	2,3	249,9
Demais ¹⁴	37,0	0,3	(1,92)	0,5	35,9
Na carteira do BCB	691,1	0,0	(3,05)	6,8	694,8
Total	2.243,8	21,9	(18,68)	22,7	2.269,7

(*) Não inclui saldos de haveres relativos às aplicações oficiais em títulos públicos.

¹¹ Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acrécimo) ao saldo da obrigação.

¹² Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos e outros ajustes.

¹³ Refere-se aos juros apropriados por competência.

¹⁴ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS
BRASIL, 2009/2010

R\$ bilhões

Discriminação	2009			2010		
	NOV	OUT	NOV	NOV	OUT	NOV
Lei 9.496/97	316,1	341,2	344,4			
MP 2.185/01	50,2	54,4	54,8			
Lei 8.727/93	38,0	34,5	34,2			
Antecipação de Royalties	11,2	10,2	10,2			
Bônus Renegociados	6,1	5,4	5,4			
Lei 7.976/89	0,3	0,0	0,0			
Demais Haveres	15,8	16,1	16,2			
Total	437,7	461,8	465,3			
% PIB	14,1%	12,3%	12,2%			

Os haveres internos do Tesouro Nacional aumentaram R\$ 13,2 bilhões em relação ao mês anterior, refletindo a elevação de R\$ 5,7 bilhões nas disponibilidades internas, de R\$ 3,6 bilhões nos haveres da administração indireta, de R\$ 3,5 bilhões nos haveres junto aos governos regionais e de R\$ 431,3 milhões nos haveres administrados pela STN.

HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO
INDIRETA
BRASIL, 2009/2010

R\$ bilhões

Entidade	2009		2010	
	NOV	OUT	NOV	NOV
FAT	139,3	144,7	146,0	
Fundos Regionais	51,2	57,5	58,3	
Demais	28,5	32,1	33,6	
Total	219,0	234,3	237,9	

Em relação à evolução dos haveres junto aos governos regionais, as maiores variações foram observadas nos saldos devedores das dívidas renegociadas ao amparo da Lei nº 9.496/97 e MP nº 2.185/01, que juntas elevaram-se em R\$ 3,6 bilhões em função da variação do IGP-DI. Pelos termos contratuais, a correção monetária desses saldos, medida pelo IGP-DI, é realizada com base na taxa de inflação verificada no mês anterior ao mês de apuração do saldo, que no mês de outubro foi de 1,0%.

Quanto aos haveres da administração indireta, o crescimento foi de R\$ 3,6 bilhões. Foi verificado aumento de R\$ 1,5 bilhão nos saldos dos Fundos Diversos, de R\$ 1,4 bilhão nos haveres do FAT e de R\$ 701,9 milhões nos saldos dos Fundos Constitucionais.

Nos haveres administrados pela STN, houve aumento de R\$ 936,8 milhões no saldo dos haveres de legislação específica e redução de R\$ 649,6 milhões no saldo dos demais haveres administrados pela STN.

Dívida Externa Líquida

Em novembro, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 91,2 bilhões, contra R\$ 92,0 bilhões em outubro. Houve redução de R\$ 770,7 milhões em termos nominais e a variação em relação ao PIB foi de 0,1 p.p. Essa

diminuição reflete a variação cambial no montante de R\$ 247,9 milhões, a apropriação positiva de juros no valor de R\$ 553,1 milhões e o resgate líquido de R\$ 1,6 bilhão, ocorridos no mês.

TABELA 7
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2009/2010

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2009		2010
	NOV	OUT	NOV
I. DÍVIDA EXTERNA	101.976	92.209	91.429
I.1. Dívida Mobiliária	80.081	72.609	72.024
Euro	10.015	7.012	6.643
Global US\$	59.309	53.406	53.080
Global BRL	10.536	12.031	12.139
Demais	220	160	162
I.2. Dívida Contratual	21.895	19.600	19.406
Organismos Internacionais	18.534	16.766	16.608
Bancos Privados e Agências Governamentais	3.361	2.834	2.798
II. HAVERES EXTERNOS	252	254	245
II.1. Disponibilidades de Fundos, Autarquias e Fundações	252	254	245
III. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	101.724	91.955	91.184
IV. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB¹	3,3%	2,4%	2,4%

(*) Dados sujeitos a alteração.

¹ PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Em novembro de 2010, a Dívida Externa Líquida totalizou R\$ 91,2 bilhões, equivalentes a 2,4% do PIB, valor inferior ao registrado no ano anterior em 0,9 p.p. do PIB.

Comparativamente ao ano anterior, a redução foi de R\$ 10,5 bilhões, passando de R\$ 101,7 bilhões em novembro de 2009 para R\$ 91,2 bilhões em novembro de 2010. Em percentual do PIB, diminuiu 0,9 p.p.

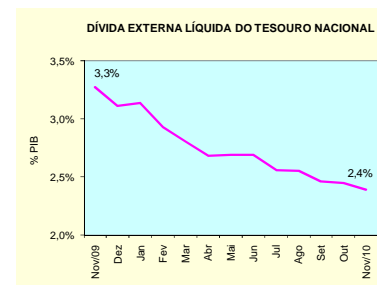
TABELA 8
VARIAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL
BRASIL, NOV/2010

Discriminação	Estoque Out/10	Fatores de Variação				Estoque Nov/10
		R\$ milhões				
		Emissões	Resgates ¹	Juros ²	Variação Cambial	
Dívida Mobiliária³	72.609	0	(1.670)	507	577	72.024
Global US\$	53.406	0	(1.636)	372	938	53.080
Euro	7.012	0	(34)	27	(362)	6.643
Global BRL	12.031	0	0	107	0	12.139
Demais	160	0	0	1	1	162
Dívida Contratual	19.600	380	(291)	46	(329)	19.406
Org. Internacionais	16.766	11	(254)	34	51	16.608
Bancos Priv./Ag. Gov.	2.834	369	(36)	12	(381)	2.798
Total	92.209	380	(1.961)	553	248	91.429

¹ Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos, pagamentos antecipados e outros ajustes.

² Refere-se aos juros nominais apropriados por competência na moeda de referência, convertido para moeda local pela taxa de câmbio de final de período.

³ A partir de Jan/2010, o estoque da dívida mobiliária passou a ser apurado pelo método da TIR, alinhando-se à metodologia utilizada na apuração do estoque da DPMFI.



Do estoque total da dívida externa, a dívida mobiliária corresponde a 78,8% (R\$ 72,0 bilhões); e a dívida contratual representa 21,2% (R\$ 19,4 bilhões).

Anexos

a) Lista de Abreviaturas

b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Receitas Primárias do Governo Central

Tabela A3 – Despesas primárias do Governo Central

Tabela A4 – Execução Financeira do Tesouro Nacional

Tabela A5 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

c) Tabelas da Dívida (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A6 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional

Tabela A7 – Dívida do Tesouro Nacional

Tabela A8 – Haveres do Tesouro Nacional

d) Outras Informações

Tabela A9 – Investimento do Governo Federal por Órgão até Novembro 2010/2009

e) Boletim de Transferências para Estados e Municípios

Boletim FPE/FPM/IPI Exportação

LISTA DE ABREVIATURAS

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CBEE – Comercializadora Brasileira de Energia Elétrica
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido
Emgea – Empresa Gestora de Ativos
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
Fistel – Fundo de Fiscalização das Telecomunicações
FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento
FPE – Fundo de Participação de Estados
FPM – Fundo de Participação de Municípios
Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
Paes – Parcelamento Especial
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito
Proex – Programa de Incentivo às Exportações
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSH – Programa de Subsídio à Habitação
Refis – Programa de Recuperação Fiscal
RFB – Receita Federal do Brasil
RGPS – Regime Geral da Previdência Social
RMV – Renda Mensal Vitalícia

Abreviaturas mais comuns da Dívida

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)
CVS – título representativo da dívida do FCVS
DPFe – Dívida Pública Federal Externa
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)
Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR – Imposto Territorial Rural
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)
LTN – Letras do Tesouro Nacional
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)
PAF – Plano Anual de Financiamento
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TDA – Títulos da Dívida Agrária
TR – Taxa Referencial

TABELA A4 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL *

R\$ milhões

	Nov/2009	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/2010
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	78.867,4	93.506,6	52.555,0	68.644,6	62.503,3	67.956,8	73.282,3	62.798,6	62.136,1	73.263,8	73.289,8	67.718,2	80.502,3
I.1 - Recolhimento Bruto	60.061,0	65.362,1	34.740,0	51.423,9	43.189,7	47.965,8	53.844,1	44.378,1	41.173,6	53.007,2	53.084,6	47.365,3	59.623,1
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	-5,2	0,0	0,0	-89,4	0,0	-12,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.602,3	1.660,2	1.112,0	1.501,4	2.318,7	1.799,7	1.619,9	1.666,8	1.662,2	1.682,2	1.669,9	1.331,4	2.143,2
I.4 - Receita das Operações de Crédito	128,6	120,5	208,0	57,0	111,4	101,2	113,3	193,3	261,1	92,5	233,6	113,6	699,0
I.5 - Receita do Salário Educação	858,4	902,1	1.585,4	922,0	909,9	917,2	931,5	966,3	954,2	980,8	1.032,0	998,1	1.024,9
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	16.217,2	25.461,8	14.914,7	14.740,3	15.973,6	17.262,2	16.773,6	15.606,5	18.084,9	17.501,1	17.269,7	17.909,7	17.012,1
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS	75.312,7	74.712,9	68.404,4	54.420,7	58.188,5	51.198,2	60.630,8	59.311,7	56.904,0	72.779,4	50.180,6	56.252,5	64.518,0
II.1 - Liberações Vinculadas	14.947,3	16.982,1	11.849,4	12.847,7	10.131,6	13.431,6	14.233,2	12.284,3	10.193,1	12.399,6	11.689,7	13.540,4	13.937,4
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	9.753,5	12.702,5	8.193,0	9.932,8	7.425,9	8.861,0	10.844,3	9.490,2	7.079,2	9.366,2	7.869,9	8.460,7	10.098,7
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	2.585,5	1.399,4	21,9	10,8	12,3	68,8	12,7	11,8	9,9	11,3	18,1	283,9	48,5
II.1.3 - Lei Complementar 87/Lei Complementar 115	162,5	162,5	679,1	162,5	162,5	1.762,5	162,5	162,5	162,5	162,5	650,0	1.137,5	650,0
II.1.4 - Outras Vinculações	2.445,9	2.717,7	2.955,4	2.741,7	2.530,9	2.739,4	3.213,7	2.619,8	2.941,5	2.859,6	3.151,7	3.658,3	3.140,2
II.2 - Liberações Ordinárias	60.365,4	57.730,8	56.555,1	41.573,0	48.057,0	37.766,6	46.397,6	47.027,4	46.710,9	60.379,8	38.490,9	42.712,0	50.580,6
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	18.721,5	14.850,2	879,2	2.169,5	932,0	872,9	2.249,6	956,1	832,2	2.087,5	816,1	836,0	1.934,5
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	136,8	872,2	980,1	308,2	938,6	1.503,1	590,1	2.701,0	2.103,4	2.408,9	814,0	3.104,3	626,2
i) Dívida Contratual Interna	95,8	102,7	71,0	100,9	103,5	102,0	93,3	93,9	101,8	102,3	99,3	104,3	91,1
ii) Dívida Contratual Externa	41,0	769,5	909,1	207,3	835,1	1.401,1	496,7	2.607,1	2.001,6	2.306,6	714,7	3.000,0	535,1
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	8.566,0	5.923,0	17.020,8	3.810,6	7.909,6	1.181,6	7.209,5	5.118,8	13.759,0	7.043,6	3.987,5	878,4	9.866,7
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	18.130,5	14.284,9	25.171,6	21.956,8	22.760,6	18.827,6	19.379,7	19.434,4	15.328,5	32.352,4	15.847,4	19.730,5	25.582,9
II.2.5 - Custeio e Investimento	14.542,2	21.422,6	12.195,6	13.212,2	15.005,1	15.226,2	16.763,3	18.397,4	14.412,9	16.311,1	16.639,8	17.357,9	12.413,5
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	268,3	377,8	307,7	115,8	511,0	155,3	205,5	419,8	274,9	176,1	386,0	804,9	156,8
II.2.7 - Restos a Pagar													
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)	3.554,7	18.793,8	-15.849,5	14.223,9	4.314,8	16.758,6	12.651,5	3.486,9	5.232,1	484,4	23.109,2	11.465,7	15.984,3
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	35.717,8	121.069,3	41.250,2	36.383,5	86.856,2	30.352,8	14.882,9	31.923,2	41.348,4	47.784,6	35.096,9	47.304,3	20.936,5
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	34.755,1	119.788,8	40.433,8	34.502,9	85.622,4	29.008,3	13.640,4	30.922,6	40.328,8	45.015,6	33.922,9	46.128,4	19.687,8
IV.2 - Outras Operações de Crédito	962,8	1.280,5	816,4	1.880,6	1.233,9	1.344,5	1.242,6	1.000,7	1.019,6	2.769,0	1.174,0	1.175,9	1.248,7
V. DESPESAS	12.656,8	27.351,7	83.287,1	1.777,3	35.107,0	19.237,8	2.437,0	46.678,8	46.687,0	35.197,1	36.153,9	42.237,3	5.327,7
V.1 - Amortização da Dívida Interna	10.386,8	26.721,4	82.852,6	655,5	34.462,3	17.935,4	720,0	45.246,8	44.639,7	32.078,7	33.818,7	37.837,3	2.813,7
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	10.200,0	26.438,5	82.719,2	470,4	34.270,4	17.738,4	520,0	45.048,1	44.444,8	31.880,5	33.612,5	37.632,9	2.614,7
V.1.2 - Dívida Contratual	186,8	282,9	133,4	185,0	191,9	197,0	200,0	198,7	194,9	198,2	206,2	204,3	198,9
V.2 - Amortização da Dívida Externa	2.269,9	630,3	434,5	1.121,8	644,7	1.302,3	1.717,0	1.432,0	2.047,3	3.118,3	2.335,2	4.400,0	2.514,0
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	24.555,1	93.350,3	-42.285,4	34.032,5	51.352,0	11.269,8	13.120,3	-14.125,5	-4.116,0	13.135,1	310,4	8.495,5	17.073,1
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	-7.895,6	-4.763,1	-40.661,5	1.023,5	3.357,8	-7.470,0	9.438,0	3.182,1	-5.261,2	-11.564,8	23.964,3	3.223,7	580,0
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)	18.720,1	107.748,2	-98.547,9	49.853,6	59.421,8	20.403,5	34.535,4	-8.086,5	-5.367,7	1.507,1	46.016,5	19.756,4	32.173,2

* Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's. Dados revisados, sujeitos a alteração.

TABELA A5 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL *

R\$ milhões

	Nov/2009	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/2010
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	3.017,7	3.165,5	4.338,5	3.023,5	3.357,8	8.230,0	12.433,2	3.182,1	29.765,8	6.638,7	23.964,3	3.223,7	3.680,0
I.1. Emissão de Títulos	0,0	0,0	1.570,1	0,0	0,0	5.137,4	8.934,5	0,0	27.136,9	3.727,4	10.354,7	0,0	0,0
I.2. Remuneração das Disponibilidades	2.898,9	3.098,8	2.609,8	2.779,5	2.824,2	2.915,1	3.341,1	3.048,5	2.512,3	2.818,2	2.584,6	3.227,6	3.614,5
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	118,8	66,7	158,6	244,1	533,6	177,5	157,5	133,6	116,5	93,1	18,7	-4,0	65,5
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	11.006,3	0,0	0,0
II. DESPESAS NO BACEN	10.913,3	7.928,6	-45.000,0	-2.000,0	0,0	-15.700,0	-2.995,2	0,0	-35.027,0	-18.203,4	0,0	0,0	-3.100,0
II.1. Resgate de Títulos	8.102,2	5.857,9	-36.000,0	0,0	0,0	-14.000,0	0,0	0,0	-27.277,0	-13.947,0	0,0	0,0	0,0
II.2. Encargos da DPMF	2.811,1	2.070,7	-9.000,0	-2.000,0	0,0	-1.700,0	-2.995,2	0,0	-7.750,0	-4.256,5	0,0	0,0	-3.100,0
III. RESULTADO (I - II)	-7.895,6	-4.763,1	49.338,5	5.023,5	3.357,8	23.930,0	15.428,3	3.182,1	64.792,8	24.842,1	23.964,3	3.223,7	6.780,0

* Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's. Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A6 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Nov/09	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/10
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	665.799,6	723.890,2	710.753,8	721.312,7	787.061,2	781.088,4	792.283,3	803.351,6	817.022,7	826.477,8	798.391,2	801.148,1	814.050,5
I.1. DÍVIDA INTERNA	1.940.698,1	2.037.584,5	1.949.887,6	1.994.164,7	2.057.893,3	2.145.910,6	2.183.702,1	2.186.322,4	2.176.221,2	2.184.157,1	2.210.320,0	2.234.257,4	2.260.351,2
DPMFi em Poder do Público ¹	1.389.867,6	1.398.415,5	1.355.728,1	1.397.662,8	1.400.381,9	1.492.913,0	1.519.562,6	1.516.501,2	1.509.118,2	1.524.605,6	1.534.404,6	1.552.721,6	1.574.922,4
DPMFi em Poder do Banco Central	549.108,3	637.815,0	600.725,7	603.739,1	665.276,3	661.210,1	673.434,7	679.634,6	677.226,9	668.964,3	684.898,5	691.074,0	694.817,2
(-) Aplicações em Títulos Públicos	-19.368,0	-19.603,2	-23.320,2	-23.752,1	-24.046,9	-24.257,8	-25.117,4	-25.359,5	-25.469,7	-24.510,4	-23.820,3	-24.136,5	-23.749,5
Demais Obrigações Internas	21.090,2	20.957,2	16.753,9	16.515,0	16.282,0	16.045,2	15.822,3	15.546,0	15.345,9	15.097,6	14.837,2	14.598,4	14.361,2
I.2. HAVERES INTERNOS	1.274.898,5	1.313.694,3	1.239.133,8	1.272.851,9	1.270.832,2	1.364.822,2	1.391.418,9	1.382.970,8	1.359.198,5	1.357.679,2	1.411.928,8	1.433.109,3	1.446.300,7
Disponibilidades Internas	374.151,7	406.470,3	323.739,2	354.981,9	351.257,7	369.467,0	383.679,0	365.919,2	341.917,6	337.652,0	360.935,7	374.088,7	379.794,2
Haveres junto aos Governos Regionais	437.655,7	437.364,9	437.876,7	440.663,7	443.630,7	445.301,5	447.019,1	453.129,7	454.157,0	453.071,2	457.075,3	461.812,1	465.282,6
Haveres da Administração Indireta	219.043,7	221.509,8	220.708,4	221.446,7	221.668,8	222.459,8	224.413,0	226.185,5	226.310,4	229.094,0	231.884,8	234.299,0	237.883,1
Haveres Administrados pela STN	244.047,4	248.349,3	256.809,5	255.759,6	254.275,0	327.593,9	336.307,7	337.736,4	336.813,5	337.862,0	362.033,1	362.909,6	363.340,8
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	101.723,8	98.743,6	101.634,7	97.028,6	94.479,0	91.901,3	94.475,2	95.542,7	91.915,1	93.168,9	91.501,1	91.954,7	91.184,1
II.1. DÍVIDA EXTERNA	101.976,2	98.974,4	101.927,8	97.307,0	94.740,1	92.158,2	94.853,1	95.904,1	92.257,3	93.502,7	91.763,7	92.209,1	91.429,4
Dívida Mobiliária	80.080,9	78.904,7	80.385,9	76.578,4	74.635,5	72.913,1	75.010,9	74.827,5	71.695,2	73.009,0	72.090,9	72.609,5	72.023,8
Dívida Contratual	21.895,4	20.069,7	21.541,9	20.728,6	20.104,6	19.245,1	19.842,1	21.076,6	20.562,0	20.493,7	19.672,8	19.599,6	19.405,6
II.2. HAVERES EXTERNOS	252,4	230,7	293,1	278,3	261,1	256,8	377,9	361,4	342,2	333,7	262,6	254,4	245,3
Disp. de Fundos, Autarquias e Fundações	252,4	230,7	293,1	278,3	261,1	256,8	377,9	361,4	342,2	333,7	262,6	254,4	245,3
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (I+II)	767.523,5	822.633,8	812.388,6	818.341,4	881.540,2	872.989,7	886.758,4	898.894,3	908.937,7	919.646,8	889.892,3	893.102,8	905.234,6
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB²	24,7%	25,9%	25,1%	24,7%	26,2%	25,5%	25,2%	25,3%	25,3%	25,2%	23,9%	23,8%	23,7%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

² PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

TABELA A7 - DÍVIDA DO TESOUREO NACIONAL

R\$ milhões

	Nov/09	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/10
I. DÍVIDA INTERNA	1.940.698,1	2.037.584,5	1.949.887,6	1.994.164,7	2.057.893,3	2.145.910,6	2.183.702,1	2.186.322,4	2.176.221,2	2.184.157,1	2.210.320,0	2.234.257,4	2.260.351,2
I.1. DPMFi EM PODER DO PÚBLICO¹	1.389.867,6	1.398.415,5	1.355.728,1	1.397.662,8	1.400.381,9	1.492.913,0	1.519.562,6	1.516.501,2	1.509.118,2	1.524.605,6	1.534.404,6	1.552.721,6	1.574.922,4
LFT	519.676,3	500.224,2	517.195,8	526.403,3	500.457,9	536.704,9	542.559,5	509.085,5	516.773,1	523.588,7	502.609,7	517.440,1	521.000,7
LTN	232.589,4	247.269,5	214.563,2	229.229,9	240.957,3	272.071,3	282.221,3	299.015,5	296.011,3	318.217,5	336.925,8	323.720,7	338.451,3
NTN-B	322.134,5	329.996,9	341.459,1	351.579,4	361.080,0	368.096,3	367.402,7	373.467,9	379.426,0	353.425,2	357.235,9	365.715,0	366.007,6
NTN-C	57.677,5	58.006,3	56.882,5	57.943,2	58.654,9	58.937,0	60.109,0	61.101,0	59.849,2	60.810,4	61.840,3	62.291,2	63.669,7
NTN-F	218.763,9	224.206,1	186.499,8	193.779,0	200.634,6	219.519,3	229.090,7	235.781,5	219.050,5	231.439,4	239.011,6	246.590,4	249.914,6
Dívida Securitizada	12.068,6	12.058,1	11.945,0	11.896,1	11.856,3	11.306,0	11.294,4	11.254,2	11.322,1	10.290,0	10.276,6	10.624,1	9.434,2
Demais Títulos em Poder do Público	26.957,4	26.654,4	27.182,8	26.831,8	26.740,9	26.278,2	26.885,2	26.795,7	26.685,9	26.834,4	26.504,6	26.340,1	26.444,3
I.2. DPMFi EM PODER DO BANCO CENTRAL	549.108,3	637.815,0	600.725,7	603.739,1	665.276,3	661.210,1	673.434,7	679.634,6	677.226,9	668.964,3	684.898,5	691.074,0	694.817,2
LFT	230.933,6	242.856,3	244.459,8	245.912,0	247.780,2	249.427,5	251.300,4	253.289,2	259.780,5	262.086,7	264.297,8	266.430,4	268.580,1
LTN	100.486,6	132.190,7	103.068,7	103.862,7	120.428,9	107.551,9	108.522,4	109.507,1	105.595,0	108.398,2	109.372,3	110.307,4	111.249,0
Demais Títulos na Carteira do BCB	217.688,1	262.768,1	253.197,3	253.964,4	297.067,2	304.230,8	313.611,8	316.838,4	311.851,3	298.479,4	311.228,4	314.336,2	314.988,1
I.3. (-) APLICAÇÕES OFICIAIS EM TÍTULOS PÚBLICOS	-19.368,0	-19.603,2	-23.320,2	-23.752,1	-24.046,9	-24.257,8	-25.117,4	-25.359,5	-25.469,7	-24.510,4	-23.820,3	-24.136,5	-23.749,5
I.4. DEMAIS OBRIGAÇÕES INTERNAS	21.090,2	20.957,2	16.753,9	16.515,0	16.282,0	16.045,2	15.822,3	15.546,0	15.345,9	15.097,6	14.837,2	14.598,4	14.361,2
II. DÍVIDA EXTERNA	101.976,2	98.974,4	101.927,8	97.307,0	94.740,1	92.158,2	94.853,1	95.904,1	92.257,3	93.502,7	91.763,7	92.209,1	91.429,4
II.1. DÍVIDA MOBILIÁRIA	80.080,9	78.904,7	80.385,9	76.578,4	74.635,5	72.913,1	75.010,9	74.827,5	71.695,2	73.009,0	72.090,9	72.609,5	72.023,8
Euro	10.014,7	9.382,0	9.618,9	7.865,3	7.342,1	7.080,1	6.850,5	6.706,5	6.842,8	6.687,0	6.797,1	7.012,3	6.643,1
Global US\$	59.309,5	58.668,0	60.085,2	57.942,7	56.463,4	54.894,9	57.113,7	56.975,6	54.203,2	55.576,3	54.489,5	53.405,9	53.079,9
Global BRL	10.536,4	10.634,3	10.443,2	10.538,8	10.635,4	10.748,4	10.846,7	10.945,9	10.453,8	10.549,4	10.645,9	12.031,3	12.138,7
Demais Títulos Externos	220,4	220,3	238,7	231,6	194,5	189,7	200,1	199,4	195,5	196,4	158,4	159,9	162,1
II.2. DÍVIDA CONTRATUAL	21.895,4	20.069,7	21.541,9	20.728,6	20.104,6	19.245,1	19.842,1	21.076,6	20.562,0	20.493,7	19.672,8	19.599,6	19.405,6
Organismos Multilaterais	18.534,1	16.855,2	17.963,4	17.278,1	16.802,4	16.202,2	16.650,7	17.952,2	17.503,3	17.431,2	16.750,4	16.765,9	16.608,1
Credores Privados e Ag. Governamentais	3.361,2	3.214,5	3.578,5	3.450,5	3.302,2	3.042,9	3.191,4	3.124,4	3.058,8	3.062,5	2.922,4	2.833,7	2.797,5
III. DÍVIDA DO TESOUREO NACIONAL (I+II)	2.042.674,3	2.136.558,9	2.051.815,4	2.091.471,6	2.152.633,4	2.238.068,8	2.278.555,2	2.282.226,4	2.268.478,5	2.277.659,7	2.302.083,8	2.326.466,5	2.351.780,7
DÍVIDA DO TESOUREO NACIONAL/PIB¹²	65,6%	67,3%	63,3%	63,1%	63,9%	65,3%	64,8%	64,1%	63,1%	62,3%	62,0%	61,9%	61,6%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui TDA e dívida securitizada.

¹² PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

TABELA A8 - HAVERES DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Nov/09	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/10
I. HAVERES INTERNOS	1.274.898,5	1.313.694,3	1.239.133,8	1.272.851,9	1.270.832,2	1.364.822,2	1.391.418,9	1.382.970,8	1.359.198,5	1.357.679,2	1.411.928,8	1.433.109,3	1.446.300,7
I.1. DISPONIBILIDADES INTERNAS	374.151,7	406.470,3	323.739,2	354.981,9	351.257,7	369.467,0	383.679,0	365.919,2	341.917,6	337.652,0	360.935,7	374.088,7	379.794,2
I.2. HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS	437.655,7	437.364,9	437.876,7	440.663,7	443.630,7	445.301,5	447.019,1	453.129,7	454.157,0	453.071,2	457.075,3	461.812,1	465.282,6
Bônus Renegociados	6.065,0	6.071,5	6.503,9	6.337,6	6.187,9	5.738,8	5.996,7	5.977,3	5.792,3	5.840,4	5.618,6	5.399,8	5.417,7
Haveres Originários do Proef (MP 2.196/01)	2.534,2	2.506,8	2.478,8	2.450,0	2.423,2	2.393,7	2.365,9	2.338,4	2.313,8	2.287,4	2.259,8	2.232,4	2.203,8
Cessão de Créditos Bacen (MP 2.179/01)	10.877,2	10.858,3	10.831,7	10.914,1	11.005,7	11.047,3	11.098,8	11.244,4	11.253,7	11.249,3	11.343,5	11.438,3	11.525,6
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 7.976/89)	296,4	2,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 8.727/93)	37.954,9	37.630,7	37.303,1	36.978,4	36.687,9	36.403,4	36.096,6	35.775,6	35.503,9	35.133,0	34.817,1	34.502,6	34.226,0
Renegociação de Dívidas Estaduais (Lei 9.496/97)	316.055,9	316.363,9	316.691,0	320.071,0	323.049,5	325.164,1	326.658,1	331.956,0	333.230,8	333.281,3	337.005,7	341.217,3	344.397,9
Renegociação de Dívidas Municipais (MP 2.185/01)	50.245,3	50.343,2	50.567,3	51.203,5	51.612,1	51.995,7	52.432,7	53.306,7	53.556,6	52.815,3	53.494,4	54.386,1	54.810,5
Antecipação de Royalties	11.213,4	11.197,4	11.078,8	10.282,3	10.261,7	10.162,7	9.943,1	10.087,6	10.064,5	10.022,1	10.114,5	10.194,3	10.242,5
Demais Haveres junto aos Governos Regionais	2.413,5	2.390,3	2.422,0	2.426,7	2.402,7	2.395,7	2.427,3	2.443,7	2.441,5	2.442,4	2.421,7	2.441,3	2.458,6
I.3. HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	219.043,7	221.509,8	220.708,4	221.446,7	221.668,8	222.459,8	224.413,0	226.185,5	226.310,4	229.094,0	231.884,8	234.299,0	237.883,1
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	139.286,9	140.673,7	139.187,2	139.798,6	140.442,2	141.062,9	142.490,8	143.357,4	141.199,0	142.409,2	143.340,3	144.657,6	146.031,1
Fundos Constitucionais Regionais	51.225,2	51.774,9	52.392,9	52.909,1	53.399,1	54.092,4	54.695,0	55.206,1	55.805,6	56.328,6	56.839,2	57.549,7	58.251,6
Fundos Diversos	28.531,6	29.061,2	29.128,3	28.739,1	27.827,4	27.304,6	27.227,2	27.622,0	29.305,8	30.356,1	31.705,2	32.091,7	33.600,4
I.4. HAVERES ADMINISTRADOS PELA STN	244.047,4	248.349,3	256.809,5	255.759,6	254.275,0	327.593,9	336.307,7	337.736,4	336.813,5	337.862,0	362.033,1	362.909,6	363.340,8
Haveres de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	5.574,4	5.576,8	5.579,2	5.589,0	5.592,7	5.593,8	5.605,5	5.609,7	5.612,2	5.615,7	5.617,3	5.624,2	5.625,2
Haveres de Operações Estruturadas	49.531,8	49.722,1	50.725,2	50.585,5	50.608,4	50.553,5	50.713,6	51.614,8	51.441,0	51.973,2	52.649,9	51.036,6	51.186,7
Haveres Originários de Privatizações	7.619,6	7.613,4	7.593,0	7.598,1	7.592,7	7.585,2	7.578,3	7.571,6	7.566,1	7.560,2	7.828,1	7.821,7	7.814,6
Haveres de Legislação Específica	153.431,7	157.661,1	164.669,8	163.654,8	162.730,8	236.049,9	244.231,2	244.381,2	243.940,1	244.441,7	267.710,6	269.952,6	270.889,4
Demais Haveres Administrados pela STN	27.889,8	27.775,8	28.242,4	28.332,2	27.750,4	27.811,6	28.179,1	28.559,1	28.254,1	28.271,3	28.227,2	28.474,5	27.825,0
II. HAVERES EXTERNOS	252,4	230,7	293,1	278,3	261,1	256,8	377,9	361,4	342,2	333,7	262,6	254,4	245,3
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	252,4	230,7	293,1	278,3	261,1	256,8	377,9	361,4	342,2	333,7	262,6	254,4	245,3
III. HAVERES DO TESOURO NACIONAL (I+II)	1.275.150,9	1.313.925,1	1.239.426,9	1.273.130,3	1.271.093,2	1.365.079,1	1.391.796,7	1.383.332,2	1.359.540,7	1.358.013,0	1.412.191,4	1.433.363,7	1.446.546,1
HAVERES DO TESOURO NACIONAL/PIB¹⁾	41,0%	41,4%	38,2%	38,4%	37,7%	39,8%	39,6%	38,9%	37,8%	37,1%	38,0%	38,1%	37,9%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1) PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

TABELA A9 - INVESTIMENTO DO GOVERNO FEDERAL POR ÓRGÃO NOVEMBRO 2010/2009 *

R\$ Mil

ÓRGÃO SUPERIOR	2009						2010					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano ¹			Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano ¹		
				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ²	Total				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ²	Total
Câmara dos Deputados	273.212,6	5.487,5	2.837,3	2.802,9	23.095,8	25.898,7	171.279,2	40.897,7	7.768,5	7.669,1	28.114,0	35.783,1
Senado Federal	43.377,9	13.820,2	7.544,3	7.357,2	7.198,3	14.555,5	50.063,0	24.343,0	4.976,1	4.976,1	7.633,5	12.609,5
Tribunal de Contas da União	41.069,8	19.734,7	5.500,5	4.984,1	11.760,6	16.744,6	59.523,7	44.672,8	15.844,8	15.724,2	23.812,6	39.536,7
Supremo Tribunal Federal	65.813,8	16.868,5	4.452,8	4.198,6	50.644,0	54.842,6	52.495,1	12.695,2	4.564,1	4.508,8	9.468,8	13.977,7
Superior Tribunal de Justiça	14.385,0	7.071,6	5.828,8	5.730,9	7.801,4	13.532,3	21.110,4	6.253,8	6.116,4	6.108,9	16.904,3	23.013,2
Justiça Federal ³	275.781,6	319.296,1	260.045,0	259.803,4	107.900,6	367.704,0	361.252,1	416.257,2	321.691,3	321.339,3	133.529,1	454.868,4
Justiça Militar	10.945,7	6.465,5	2.372,2	2.361,9	3.810,9	6.172,8	9.504,0	5.818,2	1.642,3	1.642,3	3.945,2	5.587,5
Justiça Eleitoral	385.236,3	138.780,9	73.005,3	71.557,1	135.998,3	207.555,5	509.925,4	211.040,7	134.776,7	123.835,0	333.404,8	457.239,8
Justiça do Trabalho	206.297,8	119.432,2	40.173,9	39.496,8	129.356,7	168.853,5	197.328,0	127.696,2	56.777,6	54.339,1	109.114,6	163.453,6
Justiça do Trabalho do Distrito Federal e dos Territórios	77.149,0	41.153,5	15.082,2	14.763,7	15.935,9	30.699,6	64.322,2	32.709,6	9.733,7	9.709,0	32.698,9	42.407,9
Conselho Nacional de Justiça	-	-	-	-	-	-	45.092,4	5.953,3	4.313,0	4.307,2	38.327,2	42.634,5
Presidência da República ⁴	2.012.695,4	642.805,0	202.523,4	198.882,3	578.821,7	777.704,0	1.986.267,7	996.359,2	303.914,1	276.370,1	708.529,8	984.899,9
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	392.024,0	76.807,9	21.653,4	21.564,8	27.315,4	48.880,2	714.429,8	100.978,3	70.686,5	70.514,7	251.011,0	321.525,8
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.081.468,4	508.216,7	101.524,3	87.879,4	469.185,8	557.065,1	1.562.977,8	839.134,0	216.130,4	123.564,2	426.441,5	550.005,7
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.394.459,9	896.885,1	561.892,3	489.130,1	422.721,8	911.851,9	1.872.482,1	1.133.713,3	424.371,5	401.757,5	338.043,1	739.800,6
Ministério da Fazenda	1.298.355,6	125.681,0	59.081,8	58.618,8	50.899,1	109.518,0	1.025.516,5	159.981,1	52.658,8	48.934,4	183.284,5	232.218,9
Ministério da Educação	5.053.703,2	2.248.214,8	921.547,7	867.730,0	1.643.923,2	2.511.653,2	4.617.402,6	2.137.147,5	1.904.385,3	3.171.254,5	5.075.639,8	
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	153.653,0	27.793,8	16.309,5	16.113,5	14.566,7	30.680,1	319.023,1	40.684,7	14.223,1	13.599,1	13.104,8	26.704,0
Ministério da Justiça	867.192,5	454.684,3	141.274,8	139.538,8	417.368,1	556.906,9	1.218.429,8	441.205,3	119.841,5	111.707,8	359.252,7	470.960,5
Ministério de Minas e Energia	68.885,1	30.333,5	18.509,5	18.114,8	15.669,0	33.783,8	185.803,9	31.308,5	18.569,5	14.891,2	24.760,1	39.651,3
Ministério da Previdência Social	801.581,9	123.588,4	15.332,7	14.222,4	98.140,6	112.363,1	181.969,0	54.768,6	31.174,3	27.746,7	293.181,0	320.927,8
Ministério Público da União	151.671,1	30.667,4	8.116,2	8.096,4	107.647,0	115.743,4	162.604,6	43.494,5	23.241,7	23.210,0	96.947,7	120.157,6
Ministério das Relações Exteriores	97.416,0	35.306,4	33.424,6	33.424,6	1.760,6	35.185,2	163.000,0	37.663,6	33.928,8	33.926,5	3.380,8	37.307,2
Ministério da Saúde	4.057.586,6	1.233.838,8	259.121,1	257.153,2	1.242.056,4	1.499.209,5	4.721.861,0	2.046.096,1	609.640,5	593.753,0	1.586.282,0	2.180.035,0
Ministério do Trabalho e Emprego	67.315,2	21.177,5	6.451,7	6.365,7	12.552,5	18.918,1	53.687,5	14.802,0	4.422,9	4.038,1	26.471,2	30.509,3
Ministério dos Transportes	11.471.118,3	8.331.669,5	3.121.783,7	3.073.709,8	4.357.098,6	7.430.808,3	16.390.158,2	12.151.040,3	5.761.696,0	5.281.512,2	5.939.001,7	11.220.513,9
Ministério das Comunicações	114.151,8	6.053,9	1.909,2	1.909,2	23.216,5	25.125,7	46.941,4	14.610,3	4.323,9	4.323,9	15.173,8	19.497,7
Ministério da Cultura	219.969,4	57.933,2	16.657,6	16.564,8	56.605,2	73.170,0	449.991,2	160.419,9	46.160,4	34.431,2	55.388,2	89.819,5
Ministério do Meio Ambiente	122.917,7	13.626,8	7.571,3	6.922,5	30.199,8	37.122,3	104.687,8	33.985,1	8.382,1	7.453,4	29.082,3	36.535,8
Ministério do Desenvolvimento Agrário	2.140.972,0	1.168.238,8	710.467,7	710.284,8	432.805,5	1.143.090,3	1.814.689,3	973.088,0	545.348,0	540.716,0	481.172,3	1.021.888,3
Ministério do Esporte	1.012.929,9	424.257,5	2.250,5	2.250,5	161.304,0	163.554,5	1.353.422,3	499.185,0	15.059,9	15.049,3	264.923,1	279.972,4
Ministério da Defesa	7.438.177,7	3.673.624,7	1.666.555,1	1.536.488,8	1.300.180,8	2.836.669,6	9.662.727,5	6.209.835,5	3.675.776,5	3.536.035,9	2.074.656,5	5.610.692,4
Ministério da Integração Nacional	5.389.061,7	3.098.820,5	1.062.081,3	1.043.371,2	1.836.696,2	2.880.067,4	7.301.908,0	4.326.168,6	1.947.103,0	1.849.057,1	2.283.874,0	4.132.931,1
Ministério do Turismo	1.830.875,0	607.573,3	28.806,6	28.711,9	333.338,6	362.050,5	3.215.566,8	1.435.831,3	59.094,4	55.494,4	581.665,8	637.160,3
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	324.345,6	121.171,6	70.545,9	69.482,3	54.405,4	123.887,6	360.920,8	221.316,7	131.920,4	131.920,4	69.769,6	201.690,0
Ministério das Cidades	8.368.865,4	4.916.721,6	1.566.414,2	1.529.880,9	2.332.561,6	3.862.442,5	8.228.802,4	3.822.036,9	1.422.858,3	1.398.909,9	2.674.955,1	4.073.865,0
Ministério da Pesca e Agricultura	-	-	-	-	-	-	465.301,0	112.082,5	26.536,7	26.536,7	48.606,1	75.142,8
Conselho Nacional do Ministério Público	-	-	-	-	-	-	3.772,8	1.282,7	908,0	908,0	-	908,0
TOTAL	57.324.661,9	29.563.803,0	11.038.648,2	10.649.467,8	16.514.542,6	27.164.010,4	72.412.431,0	41.446.812,4	18.273.323,4	17.084.906,0	22.737.166,2	39.822.072,2

Dados preliminares.

* Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção do elemento de despesa Empréstimos e Financiamentos (66).

¹ "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.² Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano seguinte³ Houve descentralização de crédito para este órgão no valor de R\$ 195,9 milhões, em 2008.⁴ Inclui Gabinete da Presidência, Vice-Gabinete da Presidência e Advocacia Geral da União

Boletim FPE / FPM / IPI Exportação

Fundos de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios

Boletim - Ano XV - nº 11 - Internet: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

NOVEMBRO / 2010

Comentários

Em Novembro de 2010, os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram acréscimo de 19,9 %, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior.

As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 7.302.208,8 (mil), ante R\$ 6.091.445,8 (mil), no mês anterior, já descontada a retenção para o FUNDEB (-20%).

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: -> Governo (Estadual ou Municipal) -> Receitas -> Repasses de recursos -> [Clique aqui](#) para acessar o demonstrativo.

Distribuição do FPM/FPE

Origens	R\$ Mil								
	2009			2010			Variação Nominal		
	Outubro	Novembro	Janeiro a Novembro	Outubro	Novembro	Janeiro a Novembro	Nov/2010	Nov/2010	Jan a Nov/2010
FPM	2.922.419,2	3.647.945,9	33.967.372,4	3.114.943,9	3.734.084,1	36.132.544,8	19,9%	2,4%	6,4%
FPE	2.792.533,6	3.485.814,8	32.447.622,0	2.976.501,9	3.568.124,7	34.526.652,3	19,9%	2,4%	6,4%
IPI-Exp	230.218,3	182.642,1	1.998.084,2	261.755,1	278.841,9	2.620.589,6	6,5%	52,7%	31,2%

Observação: valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%);

Previsto x Realizado

MÊS	FPE		FPM		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
NOVEMBRO	+ 9 %	+ 19,9 %	+ 9 %	+ 19,9 %	+ 3 %	+ 6,5 %

Estimativa Trimestral

FUNDOS	DEZ*/NOV	JAN/DEZ*	FEV/JAN
FPM* / FPE / FNE / FNO / FCO	+ 6 %	+ 5 %	+ 6 %
IPI - EXP	+ 8 %	+ 3 %	- 4 %

*Observação: Na previsão para o FPM acima apenas os créditos ordinários forma considerados para dezembro/2010, não inclui o efeito da parcela do 1% adicional do FPM (CF, Art. 159, I, d.)

Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/10/2010 a 20/11/2010, conforme demonstrativo abaixo:

R\$ Mil

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências			
	IPI	IR	IPI + IR		FPE	FPM	IPI-EXP	TOTAL
OUT/3º DEC	2.485.412	10.603.488	13.088.900	NOV/1º DEC	2.251.291	2.356.002	198.833	4.806.126
NOV/1º DEC	667.269	1.245.267	1.912.536	NOV/2º DEC	328.956	344.256	53.382	726.594
NOV/2º DEC	332.842	5.410.633	5.743.475	NOV/3º DEC	987.878	1.033.825	26.627	2.048.331
TOTAL	3.485.523	17.259.388	20.744.911	TOTAL	3.568.125	3.734.084	278.842	7.581.051

Observações:

- Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta – Restituições – Incentivos Fiscais;
- Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e recebimentos de dívida ativa);
- Nas transferências regulares foram deduzidos 20% referentes à retenção para o FUNDEB.

Distribuição dos Fundos

R\$ Mil

Estados	UF	FPM	FPE	IPI-EXP
ACRE	AC	18.488,4	122.065,5	28,6
ALAGOAS	AL	88.876,4	148.437,6	752,2
AMAZONAS	AM	55.178,4	99.565,0	3.006,3
AMAPÁ	AP	13.243,9	121.744,4	294,2
BAHIA	BA	339.923,2	335.268,1	14.393,0
CEARÁ	CE	194.903,4	261.789,7	2.304,9
DISTRITO FEDERAL	DF	6.252,1	24.627,2	360,6
ESPÍRITO SANTO	ES	64.282,4	53.521,9	13.322,8
GOIÁS	GO	136.366,3	101.445,4	4.351,2
MARANHÃO	MA	155.527,3	257.554,4	2.886,7
MINAS GERAIS	MG	489.589,9	158.942,1	36.900,6
MATO GROSSO DO SUL	MS	56.852,3	47.527,4	2.651,5
MATO GROSSO	MT	68.958,1	82.348,8	3.448,0
PARÁ	PA	136.039,8	218.083,8	15.215,3
PARAÍBA	PB	120.647,9	170.873,9	498,0
PERNAMBUCO	PE	187.590,0	246.207,7	1.645,6
PIAUI	PI	98.981,0	154.192,9	96,6
PARANÁ	PR	253.373,8	102.876,2	24.569,6
RIO DE JANEIRO	RJ	112.938,5	54.510,2	43.998,2
RIO GRANDE DO NORTE	RN	94.123,1	149.072,7	405,7
RONDÔNIA	RO	32.833,7	100.464,1	536,3
RORAIMA	RR	11.498,5	88.514,5	18,6
RIO GRANDE DO SUL	RS	253.179,1	84.022,2	33.291,7
SANTA CATARINA	SC	144.895,5	45.664,9	17.879,0
SERGIPE	SE	54.305,4	148.266,3	138,7
SÃO PAULO	SP	493.436,2	35.681,2	55.768,4
TOCANTINS	TO	51.799,5	154.856,6	79,6
TOTAL		3.734.084,1	3.568.124,7	278.841,9

Observação: valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%);

No Diário Oficial da União do dia 15 de dezembro de 2009, foi publicada a Portaria STN nº 744, de 14 de dezembro de 2009, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2010, disponível no site www.tesouro.fazenda.gov.br.

Coordenação-Geral de Análise e Informações das Transferências Financeiras Intergovernamentais
Fone: (61) 3412-3116-Fax: (61) 3412-3026
Email: transferencias.stn@fazenda.gov.br